

MUNICÍPIO DA GUARDA

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO - GUARDA**

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Definição do Âmbito

Abril de 2020



ambisitus

projectos, gestão e avaliação ambiental, lda

Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Urbanização do Cabroeiro

DEFINIÇÃO DO ÂMBITO

Abril, 2020

Projeto n.º A069

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO

ÍNDICES

ÍNDICE DE TEXTO

ÍNDICES	1
I. INTRODUÇÃO	6
II. OBJETIVOS E METODOLOGIA	7
II.1. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	7
II.2. DEFINIÇÃO DO ÂMBITO	10
II.3. METODOLOGIA DAS FASES SEGUINTEs	11
II.3.1. ANÁLISE E AVALIAÇÃO	11
II.3.2. SEGUIMENTO	13
III. OBJECTO DE AVALIAÇÃO	15
III.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PUC	15
III.1.1. Enquadramento Geográfico	15
III.1.2. Enquadramento Biofísico	16
III.1.3. Enquadramento Urbano	21
III.1.4. Enquadramento Socioeconómico	25
III.1.5. Ambiente	27
III.1.6. Síntese e Diagnóstico do Território	29
III.2. O PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO	31
III.2.1. Antecedentes	31
III.2.2. Fundamentação	31
III.2.3. Objetivos	31
III.2.4. Avaliação Ambiental Estratégica	33
IV. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	34
IV.1. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	34
IV.1.1. Portugal 2020	37
IV.1.2. Portugal 2030	37
IV.1.3. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	38
IV.1.4. Programa de Valorização do Interior	39
IV.1.5. Nova Geração de Políticas de Habitação	39
IV.1.6. Plano Nacional da Saúde	40
IV.1.7. Plano Rodoviário Nacional	41
IV.1.8. Estratégia Turismo	41

IV.1.9.	Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade	42
IV.1.10.	Estratégia Nacional para as Florestas	43
IV.1.11.	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.....	43
IV.1.12.	Plano de Ação para a Economia Circular	44
IV.1.13.	Programa Nacional para as Alterações Climáticas.....	44
IV.1.14.	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas	45
IV.1.15.	Estratégia Nacional para a Energia.....	46
IV.1.16.	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis	46
IV.1.17.	Estratégia Nacional para o Ar	47
IV.1.18.	Lei da Água.....	47
IV.1.19.	Plano Nacional da Água	47
IV.1.20.	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	48
IV.1.21.	Plano Estratégico para o setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais..	48
IV.1.22.	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos.....	49
IV.1.23.	Estratégia Nacional de Educação Ambiental.....	49
IV.1.24.	Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro.....	50
IV.1.25.	Centro 2020.....	51
IV.1.26.	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior	51
IV.1.27.	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro	52
IV.1.28.	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Beiras e Serra da Estrela	53
IV.1.29.	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.....	54
IV.1.30.	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Beiras e Serra da Estrela	54
IV.1.31.	Estratégia Cidades Sustentáveis	55
IV.1.32.	Plano Diretor Municipal da Guarda	56
IV.1.33.	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Guarda	56
IV.1.34.	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Guarda.....	57
IV.1.35.	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil da Guarda.....	57
IV.1.36.	Plano Rodoviário Municipal da Guarda	58
IV.1.37.	Síntese.....	58
IV.2.	FATORES AMBIENTAIS	60
IV.3.	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO - CRITÉRIOS.....	61
V.	RELATÓRIO AMBIENTAL	65
VI.	BIBLIOGRAFIA	66
VII.	ANEXOS.....	68

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura II.1 - Fases do processo de AAE, e sua relação com o processo de elaboração do PU	9
Figura III.1 – Enquadramento geográfico do Plano de Urbanização do Cabroeiro, Guarda.....	15
Figura III.2 – Enquadramento hipsométrico da área de intervenção do plano	16
Figura III.3 – Declives da área de intervenção do plano	17
Figura III.4 – Vegetação associada aos caminhos rurais.	18

Figura III.5 – Espaço não urbano da área de intervenção do plano	19
Figura III.6 – Vegetação associadas às linhas de água	20
Figura III.7 – Tipologias do edificado da área de intervenção do plano	21
Figura III.8 – Edifícios licenciados na Guarda (concelho e freguesia)	22
Figura III.9 – População residente na Guarda (concelho e freguesia).....	25
Figura III.10 – Estrutura etária da população residente na Guarda (concelho e freguesia) e na área do Plano (Censos 2011).	26
Figura III.11 – Qualificação da população residente na Guarda (concelho e freguesia) e na área do Plano (Censos 2011).	26
Figura III.12 – Atividade económica da população residente na Guarda (concelho e freguesia) e na área do Plano (Censos 2011).	27
Figura III.13 – Índice de Qualidade do Ar no período 2014-2018 para a Zona Centro Litoral.	28
Figura IV.1 – Fatores Críticos para a Decisão – análise integrada (Adaptado de Partidário, 2007)	61

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro II.1 – Quadro de governança.	14
Quadro III.1 – Empreendimentos turísticos e Alojamentos locais na freguesia da Guarda	23
Quadro III.2 – Equipamento na área de intervenção do plano	23
Quadro III.3 – Estado da massa de água do rio Noéme, foz do rio Diz.....	28
Quadro III.4 – Análise das Oportunidades e Ameaças para a área do Plano.....	29
Quadro III.5 – Análise dos Pontos Fortes e Fracos da área do Plano.....	29
Quadro III.6 – Objetivos do Plano de Urbanização do Cabroeiro (Adaptação).....	33
Quadro IV.1 – Identificação dos fatores ambientais relevantes em função dos Objetivos do PUC.	60
Quadro IV.2 - Fatores críticos, critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores.....	63
Quadro V.1 – Estrutura proposta para o Relatório Ambiental.....	65
Quadro VII.1 – Objetivos do Plano de Urbanização do Cabroeiro (Adaptação).....	ii

SIGLAS E ABREVIATURAS

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

AE (ou A) – Autoestrada

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

ARSC – Administração Regional de Saúde do Centro

BSE – Beiras e Serra da Estrela

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Centro 2020 – Programa Operacional Regional do Centro

CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela

CMG – Câmara Municipal da Guarda

CS2020 – Estratégia Cidades Sustentáveis 2020

DA ou RDA – Relatório de Definição de Âmbito

DL – Decreto-Lei

DQA – Diretiva Quadro da Água

DRAPC – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

EIDT-BSE – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Beiras e Serra da Estrela

ENAAC – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

ENAR – Estratégia Nacional para o Ar
ENCNB – Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENE – Estratégia Nacional para a Energia
ENEA – Estratégia Nacional de Educação Ambiental
ENF – Estratégia Nacional para as Florestas
ERAE – Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
ET27 – Estratégia Turismo 2027
FA – Fatores Ambientais
FCD – Fatores Críticos para a Decisão
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGT – Instrumentos de Gestão Territorial
INE – Instituto Nacional de Estatística
NGPH – Nova Geração de Políticas de Habitação
PAEC – Plano de Ação para Economia Circular
PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável
PDM – Plano Diretor Municipal
PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimentos Urbano
PENSAAR 2000 – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2000
PERSU – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PGRH3 (ou PGRH do Douro) – Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3)
PIAAC – Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas
PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMEPC – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNA – Plano Nacional da Água
PNAC – Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNAEE – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAER – Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
PNCT – Programa Nacional para a Coesão Territorial
PNDFCI – Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNI2030 – Plano Nacional de Investimentos 2030
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNS – Plano Nacional da Saúde
PNUEA – Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
PRM2020-2040 – Plano Rodoviário Municipal da Guarda 2020-2040
PRN – Plano Rodoviário Nacional
PROFCI – Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior
PROTC – Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Centro
PU – Plano de Urbanização
PUC – Plano de Urbanização do Cabroeiro
PVI – Programa de Valorização do Interior
QRE – Quadro de Referência Estratégico
RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RNT – Resumo Não Técnico

SIC – Sítio de Importância Comunitária
TUG – Transportes Urbanos da Guarda
VICEG – Via de Cintura Externa da Guarda
ZPE – Zona de Proteção Especial

I. INTRODUÇÃO

A publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, em complementaridade com o atual Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio) impõe a obrigatoriedade do procedimento de Avaliação Ambiental para muitos dos processos de elaboração, alteração e revisão de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

De acordo com o regime da avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, estão sujeitos a avaliação ambiental os planos e programas que possam ter efeitos significativos no ambiente. Assim, a alínea b) do n.º2 do art.º100º do Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio dispõe que o plano de urbanização é acompanhado por *“Relatório Ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos”*.

O presente documento pretende constituir-se como o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão ou Definição do Âmbito referente ao procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica do **Plano de Urbanização do Cabreiro** (PUC), localizado na Cidade da Guarda do concelho com o mesmo nome.

Este relatório corresponde à primeira fase deste procedimento, definindo-se os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) a considerar no Relatório Ambiental, bem como o alcance, nível de pormenorização da informação a incluir e metodologias a adotar. OS FCD serão os elementos que irão estruturar e conferir focagem à análise e avaliação estratégica, estabelecendo o alcance da avaliação ambiental, o contexto institucional e o quadro de agentes a envolver. De acordo com as normativas legais, o relatório de Definição do Âmbito será remetido para as entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) na área de intervenção do plano para que se pronunciem sobre o mesmo.

A entidade responsável pela elaboração do Plano de Urbanização (PU) em análise é a Câmara Municipal da Guarda, entidade à qual compete a elaboração da avaliação ambiental e, nesta fase em particular, a definição do âmbito, de acordo com o definido no Artigo 5.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º58/2011, de 4 de maio.

A Câmara Municipal é ainda responsável pela promoção de consultas às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades, possam interessar os efeitos do plano; pela preparação do Relatório Ambiental e sua consulta a entidades e ao público em geral e pela elaboração da Declaração Ambiental.

II. OBJETIVOS E METODOLOGIA

II.1. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Em termos genéricos, a AAE pretende garantir um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover o desenvolvimento sustentável. Constitui um processo de avaliação de efeitos ambientais ao nível estratégico de políticas, programas ou planos, com o objetivo de:

- Assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração de políticas;
- Detetar oportunidades e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento, equacionadas pela equipa do plano, enquanto estas ainda se encontram em discussão;
- Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas.

A Avaliação Ambiental constitui um processo contínuo e sistemático, que tem lugar a partir do momento inicial do processo decisório e que contribui para:

- Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (*win-win*) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
- Contribuir para a discussão de grandes opções e para uma decisão mais sustentável nos níveis ambiental, social e económico;
- Análise de propostas alternativas, equacionadas pela equipa do plano, e sua avaliação do ponto de vista ambiental;
- Detetar problemas e oportunidades estratégicas nas opções em análise e facilitar a consideração de impactes cumulativos;
- Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
- Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento;
- Sugerir programas de seguimento, através de gestão e monitorização estratégica.

A avaliação ambiental de planos e programas constitui um processo integrado, contínuo e sistemático, destinado a incorporar valores ambientais na tomada de decisão. Este processo tem lugar a partir de um momento inicial da decisão de elaboração,

procurando visões alternativas e perspetivas de desenvolvimento incorporadas num planeamento ou numa programação que servirão de enquadramento a futuros projetos.

A realização de uma avaliação ambiental, ao nível do planeamento e da programação, garante que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano ou programa e antes da sua aprovação. Esta avaliação contribui para a adoção de soluções inovadoras, mais eficazes e sustentáveis, e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente, decorrentes da execução do plano ou programa.

Globalmente, o processo de AAE aplicado aos Planos Municipais de Ordenamento do Território poderá obedecer ao faseamento representado na Figura II.1, tratando-se de um processo a elaborar em simultâneo com o Plano, de forma cooperativa, contribuindo para a integração de propostas inovadoras e sustentáveis.

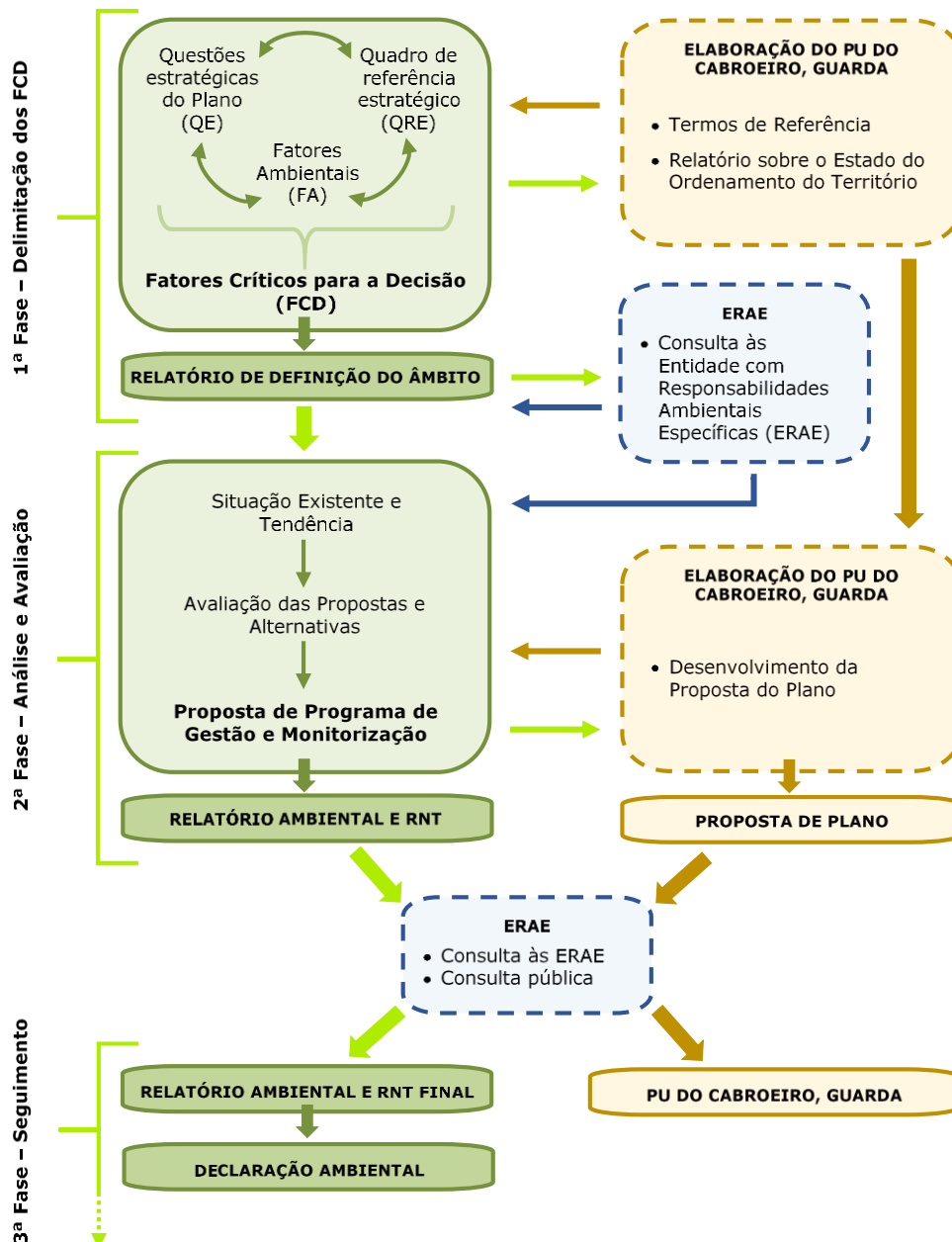


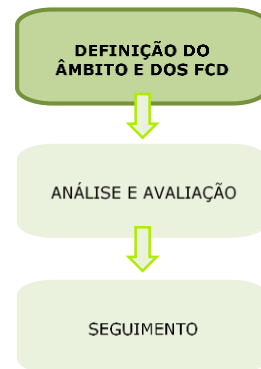
Figura II.1 - Fases do processo de AAE, e sua relação com o processo de elaboração do PU

No caso concreto do PU em análise, a avaliação ambiental iniciou-se quando já existia uma proposta preliminar do PU.

O desenvolvimento do presente documento considerará todos os elementos já elaborados.

II.2. DEFINIÇÃO DO ÂMBITO

A Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental também designada por Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão, corresponde à primeira das três fases fundamentais da AAE. Neste documento determina-se o âmbito da avaliação ambiental a realizar definindo os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), bem como o alcance da informação a incluir no relatório ambiental, sendo submetido a parecer das entidades às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, conforme definido no ponto 3 do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.



Poderão pronunciar-se sobre a Definição do Âmbito, através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial, todas as entidades que sejam convocadas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional no âmbito do acompanhamento do Plano, destacando-se as seguintes entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE):

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR);
- Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC);
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC).

Os FCD irão permitir estruturar a análise e a avaliação de consequências ambientais da implementação do Plano, determinando os estudos técnicos necessários a realizar para reunir a informação exigida à tomada de decisão. Assim, a seleção dos fatores críticos e dos respetivos critérios de avaliação baseia-se na articulação das orientações e das estratégias de política nacional, regional e local para o ordenamento do território e urbanismo, por um lado, com os objetivos e opções estratégicas definidos pelo Plano e, por outro, com as principais dinâmicas ambientais ocorrentes na área de intervenção do mesmo.

O desenvolvimento do presente relatório considerou as informações constantes nos documentos que constituem a Proposta Preliminar do Plano.

II.3. METODOLOGIA DAS FASES SEGUINTE

II.3.1. ANÁLISE E AVALIAÇÃO

Na fase de análise e avaliação serão estudados detalhadamente os Fatores Críticos para a Decisão de modo a efetuar a análise de tendências, em termos ambientais e de sustentabilidade, bem como a estabelecer diretrizes que constituam orientações ou recomendações da AAE e que devem ser implementadas em fase de seguimento.

A análise de cada fator crítico será efetuada com base nos estudos de caracterização do Plano, bem como em outros elementos que se considerem relevantes. A avaliação será centrada nos critérios definidos para cada fator crítico e focalizada nos objetivos de sustentabilidade que se pretendem alcançar.

Durante a avaliação ambiental serão analisadas as propostas do Plano e estudadas as alternativas que eventualmente venham a ser equacionadas, de modo a que as soluções adotadas tenham em consideração as consequências ambientais inerentes. No relatório ambiental serão explanadas as opções adotadas, bem como a avaliação efetuada e as razões que fundamentaram a seleção das mesmas. Desta forma, garante-se que a componente ambiental é integrada no planeamento e que serão selecionadas as opções mais sustentáveis.

A avaliação ambiental das propostas do plano incidirá, essencialmente, sobre as suas potenciais consequências nos Fatores Críticos para a Decisão e sobre o cumprimento dos respetivos objetivos de sustentabilidade, sem prejuízo de outros fatores ambientais que se venham a relevar importantes ou que se considere que possam ser afetados.

A análise será efetuada à escala do Plano, limitando-se à área de intervenção e envolvente próxima, com exceção das situações em que seja necessário efetuar uma análise a escala mais abrangente para obter uma melhor perceção das tendências evolutivas.

As ações e opções do plano que se considere que possam afetar negativamente os Fatores Críticos identificados, serão analisados com maior detalhe, de modo a identificar soluções alternativas e/ou definir diretrizes e medidas de minimização, que contribuam para diminuir os efeitos negativos e ameaças associados e garantir o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos.

Desta fase deverão resultar conclusões para a decisão relativamente às opções estratégicas do plano que melhor integrem as questões ambientais e de sustentabilidade, bem como as diretrizes a seguir e as medidas de controlo a serem aplicadas em fase de seguimento.

Serão assim realizadas as seguintes tarefas:



- Identificação das ações necessárias para implementar as estratégias e opções do Plano e sua incidência espacial, tendo em conta os fatores e critérios identificados;
- Construção, validação e preenchimento dos indicadores de monitorização, identificação da periodicidade de avaliação e definição de metas a atingir e/ou tendência de evolução dos indicadores;
- Análise da interação com os sistemas ambientais relevantes, potencialmente afetados, e determinação dos efeitos e alterações esperados;
- Confronto com os objetivos de sustentabilidade no sentido de avaliar o seu cumprimento;
- Proposta de medidas de minimização ou compensação para os casos de afastamento dos objetivos ou, em caso de convergência, de medidas para melhorar a performance ambiental do Plano.

O relatório ambiental será acompanhado por um **Resumo Não Técnico** (RNT), no qual se descrevem, de forma simples, coerente e sintética, as informações constantes no relatório ambiental. Este documento tem como principal objetivo o suporte da consulta pública, pelo que será um documento apelativo, de fácil compreensão e leitura e de linguagem simples, mas abordando as principais questões e conclusões da avaliação ambiental.

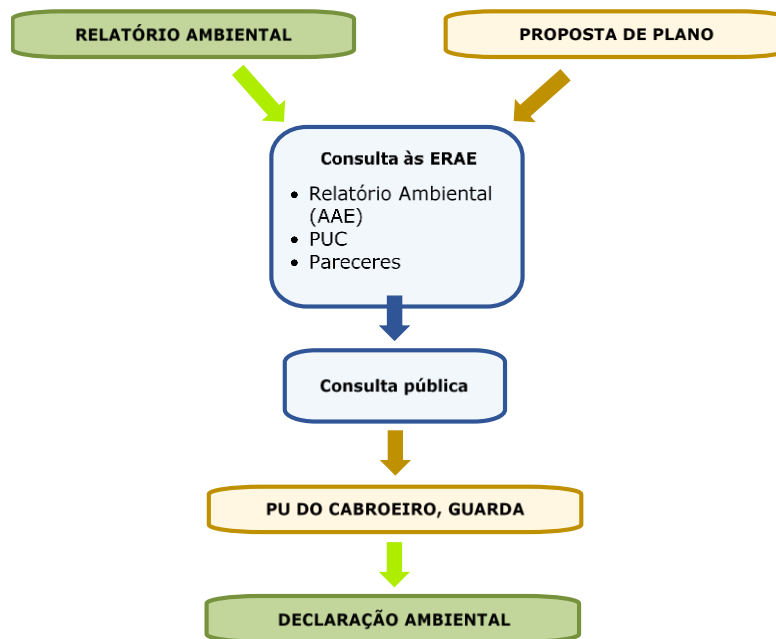
Após a conclusão do Plano e do Relatório Ambiental, estes documentos serão submetidos ao parecer das entidades, às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas possam interessar os efeitos da implementação do PUC.

Na fase seguinte a Câmara Municipal da Guarda promoverá a **consulta pública**, na qual disponibilizará o PUC, o relatório ambiental e os pareceres emitidos pelas entidades. A consulta tem como principal objetivo recolher observações e sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não-governamentais e pelos cidadãos que possam de algum modo ter interesse ou ser afetados pela aprovação do Plano ou pela futura aprovação de projetos por aquele enquadrados.

Os documentos para consulta serão disponibilizados nas instalações da Câmara Municipal, bem como na página da *Internet* do município.

Os pareceres e contributos recebidos na consulta às entidades e ao público em geral serão ponderados na versão final do Plano.

Após a aprovação do PU será elaborada a **Declaração Ambiental**, nos termos do Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Nesta declaração será identificada a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano final. Serão também referidas as observações apresentadas na consulta pública e pelas entidades, a forma como esses contributos foram ponderados na elaboração da versão final do PU, bem como as razões que fundaram a aprovação do Plano e as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do PUC.



A Declaração Ambiental será entregue à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), sendo ainda disponibilizada para consulta na página de *Internet* do município. De acordo com o Decreto-lei n.º 58/2011 de 4 e Maio, que altera o Decreto-Lei n.º232/2007, de 15 de Junho, a Declaração Ambiental é ainda enviada às ERAE consultadas anteriormente.

II.3.2.SEGUIIMENTO

A fase de seguimento tem como objetivo dar sequência a um programa de seguimento que deverá acompanhar o ciclo de planeamento durante o prazo de vigência do Plano e concretizar a sua aplicação.

Este programa de seguimento é de importância fulcral para trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza, que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da Avaliação Ambiental na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão. Este acompanhamento das consequências ambientais da implementação do Plano permite ainda adaptar as ações adotadas, de modo a diminuir as consequências negativas sobre o ambiente e potenciar as positivas.



A avaliação e controlo dos efeitos significativos do ambiente decorrente da aplicação e execução do plano serão efetuados com base no Programa de Gestão e Monitorização Ambiental, o qual será definido no relatório ambiental. Este plano partirá dos objetivos de sustentabilidade e indicadores definidos neste relatório de definição do âmbito, os quais serão reavaliados e redefinidos, se necessário. Para cada indicador serão estabelecidas metas e/ou tendências de evolução, periodicidade de monitorização e fontes de informação.

A aplicação deste plano de monitorização permitirá identificar, antecipadamente, efeitos ambientais não previstos, bem como avaliar a eficácia das medidas de minimização adotadas, procedendo-se, se necessário, à sua reformulação ou alteração.

Os resultados obtidos na monitorização serão atualizados, no mínimo anualmente, e divulgados pelo município, na sua página da *Internet*. Anualmente serão ainda reportados à Agência Portuguesa do Ambiente.

II.3.2.1. Quadro de Governança

O sucesso da implementação da proposta de Plano em questão dependerá da cooperação e permanente comunicação das várias entidades intervenientes. A Câmara Municipal da Guarda, enquanto entidade promotora da elaboração do Plano de Urbanização do Cabroeiro, deverá estabelecer canais francos de comunicação com as restantes entidades intervenientes que permitam uma constante aferição da evolução do território com vista à concretização do Plano dentro dos pressupostos do desenvolvimento sustentável.

Os atores identificados no quadro seguinte deverão ser envolvidos na fase de seguimento e gestão do território, atendendo ao elencado no Quadro II.1, garantindo assim a constituição de um Quadro de Governança de sucesso:

Quadro II.1 – Quadro de governança.

QUADRO DE GOVERNANÇA	RECOMENDAÇÕES
CMG	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a correta implementação do Plano, na filosofia que presidiu à sua elaboração; • Assegurar o cumprimento do Programa de Gestão e Monitorização Ambiental, ajustando-o e aplicando medidas corretivas quando necessário; • Coordenar a recolha dos dados junto das entidades e articular ações com as mesmas, sempre que necessário; • Assegurar que os princípios que informam a governança – transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência – sejam respeitados ao longo de todo o processo de decisão e implementação do Plano; • Manter e incrementar a divulgação, comunicação e formação junto dos públicos-alvo.
CCDRC, ARSC, APA, DRAPC, IEFP, Juntas de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar dados para a monitorização, evitando duplicações de trabalho e desperdício de recursos; • Contribuir para as discussões dos problemas locais apontando soluções e colaborando na implementação das mesmas.
Instituições, Empresas, População.	<ul style="list-style-type: none"> • Participar ativamente nas discussões públicas, apresentando as suas preocupações e sugestões; • Contribuir para uma melhoria dos indicadores de desenvolvimento sustentável, através das boas práticas na utilização dos recursos hídricos, na separação dos resíduos e na utilização eficiente da energia, adotando estilos de vida mais sustentáveis e/ou aumentando a sustentabilidade das atividades económicas desenvolvidas.

III. OBJECTO DE AVALIAÇÃO

III.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PUC

III.1.1. Enquadramento Geográfico

A área de intervenção do Plano de Urbanização do Cabroeiro localiza-se no concelho da Guarda, pertencente à Região Centro e sub-Região das Beiras e Serra da Estrela. O PU insere-se a nascente da cidade da Guarda, na freguesia com o mesmo nome, como podemos observar na Figura III.1.

A Guarda é caracterizada por ser a cidade mais alta de Portugal, onde confinam três importantes bacias hidrográficas, a do rio Mondego, a do Zêzere e a do Côa.

A cidade é herdeira de um vasto e rico património histórico, tendo como principais ícones a Torre de Menagem e a Sé Catedral

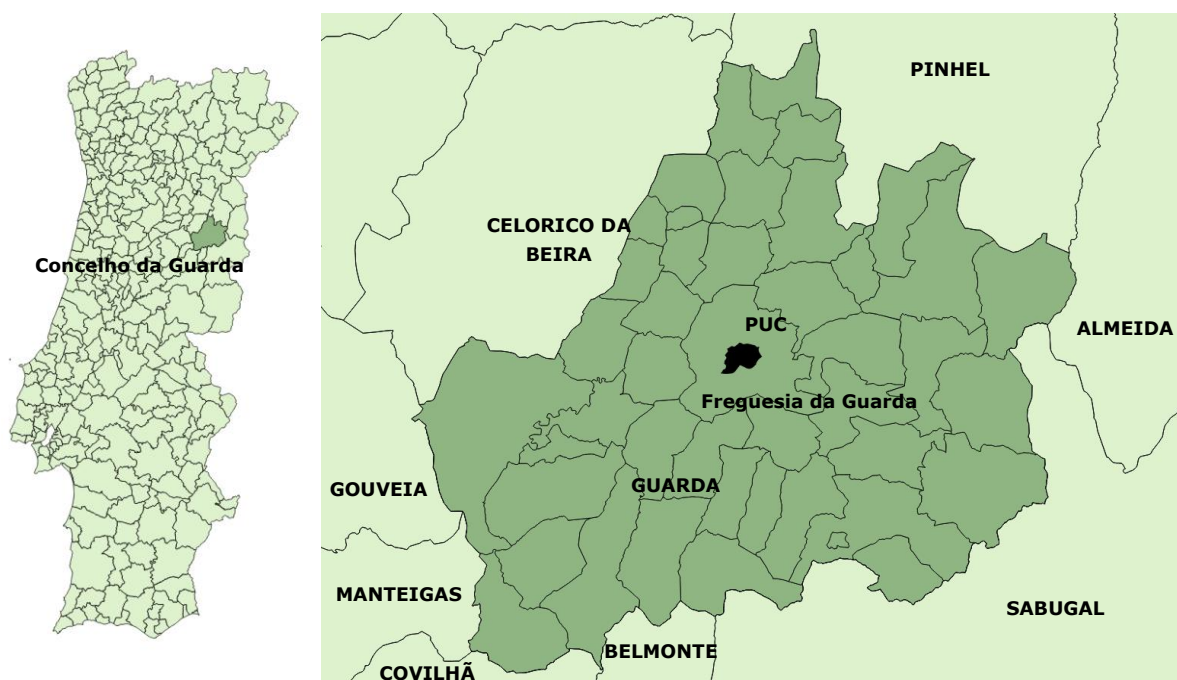


Figura III.1 – Enquadramento geográfico do Plano de Urbanização do Cabroeiro, Guarda

O PUC abrange o território limitado a poente pela rua António Sérgio/ rua Almeida Garrett/ rua Dr. Francisco Piçarra de Matos até à VICEG (Via de Cintura Externa da Guarda), variante à EN16, que limita a área a sul e a nascente. A norte, a área é limitada pela rua da República, avenida Cidade Waterbury e rua Cidade de Bejar.

A área de estudo abrange uma superfície de 244,76 hectares.

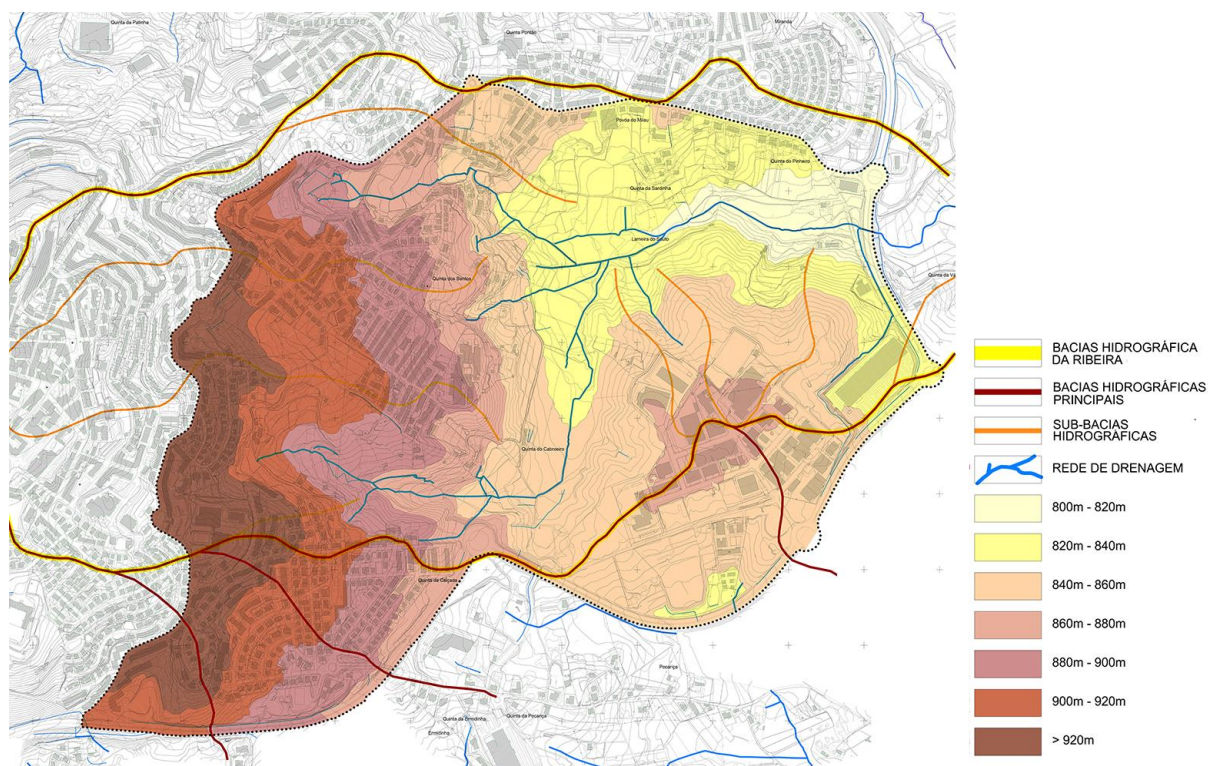
III.1.2. Enquadramento Biofísico

Hidrografia

A área do PUC desenvolve-se na bacia hidrográfica do Rio Diz, afluente da margem esquerda do Rio Noéme, que por sua vez aflui ao Côa, integrando a grande Bacia Hidrográfica do Douro. Dentro da área destaca-se um ribeiro afluente da margem direita do rio Diz, cujos braços se desenvolvem ao longo de dois vales, atravessando essencialmente áreas agrícolas.

Morfologia

Relativamente à morfologia do território, os dois vales mencionados consequentes de duas linhas de água afluentes do rio Diz, criam uma depressão morfológica, chegando a atingir uma cota mínima de 809 metros na parte nordeste do Plano. A poente registam-se as maiores cotas, cerca de 960 metros. É nesta zona que se verifica um território de carácter mais urbano, sendo um prolongamento da cidade da Guarda. Esta diferença de cotas é progressiva, tendo em conta que a área do Plano se localiza na encosta nascente da cidade da Guarda, sendo a única exceção a elevação onde se localiza o parque industrial na zona mais a sudeste da área de intervenção.



Fonte: Adaptação do Relatório da Fase de Caracterização do PU do Cabreiroiro, Guarda.

Figura III.2 – Enquadramento hipsométrico da área de intervenção do plano

A diferença de cotas é de cerca de 150 metros, resultando em áreas declivosas no território do Plano. Regista-se em grande parte do Plano declives acentuados, com valores superiores a 30%, mostrando-se uma das razões pela presente pouca edificação. No entanto, e sendo um território já parcialmente edificado e que se encontra contíguo e à cidade da Guarda, revela um potencial para expansão necessária da cidade da Guarda, uma vez que praticamente todo o território adjacente expectante é também morfologicamente condicionado por esta característica. As áreas mais planas localizam-se junto às linhas de água, em particular na zona da Quinta do Cabroeiro e Lameira do Souto/ Quinta da Sardinha, ou em áreas que foram já objeto de intervenção.

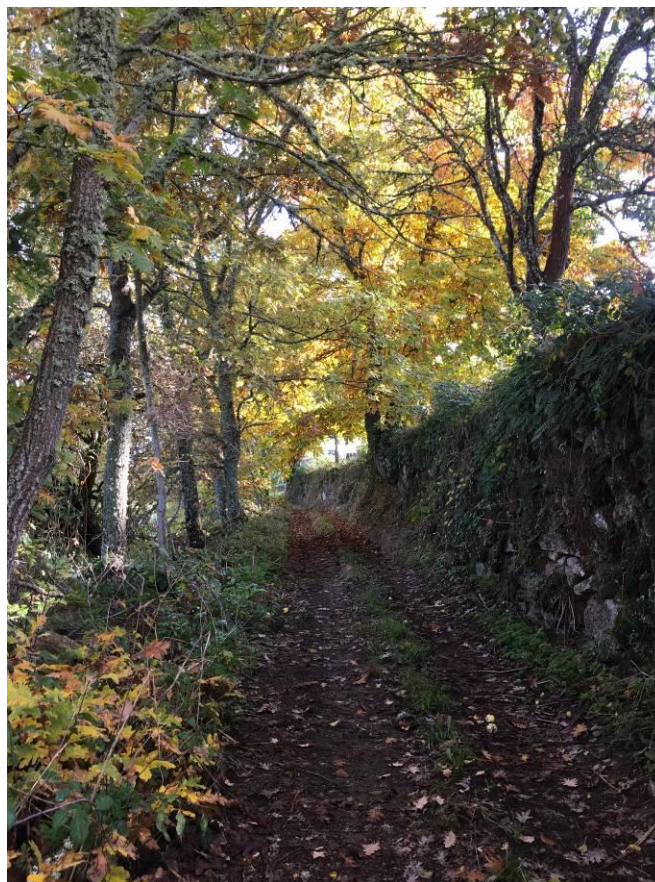


Fonte: Adaptação do Relatório da Fase de Caracterização do PU do Cabroeiro, Guarda.

Figura III.3 – Declives da área de intervenção do plano

Espaços naturais e rurais

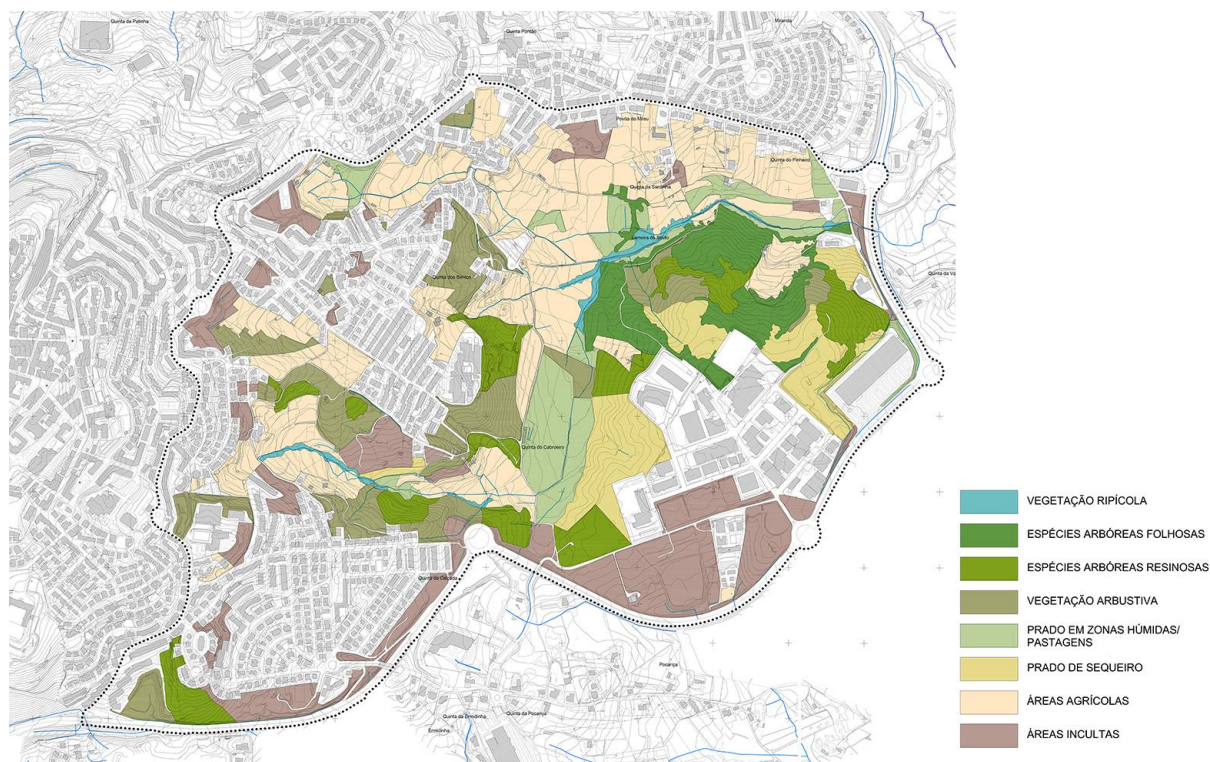
Os espaços de cariz natural e rural na área do Plano são, de forma genérica, caracterizados pelos seus vales agrícolas de elevado interesse paisagístico, onde presenciamos espaços abertos de lameiros e zonas de pastagens com espaços fechados de matas com espécies autóctones como o castanheiro (*Castanea sativa*) e carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), criando uma micro-paisagem excepcional contígua ao ambiente citadino da Guarda, capaz de transmitir sensações de ruralidade e misticidade sem a perceção de proximidade ao ambiente urbano.



Fonte: Própria.

Figura III.4 – Vegetação associada aos caminhos rurais.

Destaca-se a mata presente a sudeste, caracterizada pela presença de *Espécies Arbóreas Folhosas*, e o vale agrícola que integra a Quinta do Cabroeiro, cujo seu uso de solo apurado foi de *Prado em Zonas Húmidas /Pastagens*, bem como os caminhos rurais associados, como podemos ver na Figura III.5.



Fonte: Adaptação do Relatório da Fase de Caracterização do PU do Cabreiroiro, Guarda.

Figura III.5 – Espaço não urbano da área de intervenção do plano

As linhas de água que integram o território em estudo têm pontualmente vegetação ripícola associada, nomeadamente amieiros (*Alnus glutinosa*), salgueiros (*Salix sp.*) e freixos (*Fraxinus angustifolia*). No entanto, esta galeria ripícola encontra-se fragmentada, consequente, muitas vezes, do uso do solo agrícola até ao limite das margens das linhas de água. De destacar, também, a presença de espécies com comportamento invasor associadas às linhas de água, nomeadamente as silvas (*Rubus sp.*). O excesso de propagação deste arbusto leva à obstrução do leito de cheia, dificultando o escoamento da linha de água e a implementação da galeria ripícola adequada.



Fonte: Própria.

Figura III.6 – Vegetação associadas às linhas de água

A composição da galeria ripícola é crucial, pois este sistema contribui para o bom funcionamento do ciclo hidrológico, estabilizando as margens ribeirinhas, purificando e aumentando a infiltração da água.

Áreas Protegidas

Sendo que a área do Plano não abrange qualquer área protegida, importa analisar as áreas protegidas nas proximidades do Plano, pelo seu possível contributo ou interferência nestes territórios de elevada importância natural, paisagística e ecológica.

O município da Guarda abrange o Parque Natural da Serra da Estrela e o Sítio de Importância Comunitária (SIC) Serra da Estrela (PTCON0014) a poente. Fora do concelho, presenciamos a norte o Parque Natural do Douro Internacional, o SIC Douro Internacional, a Zona de Proteção Especial (ZPE) Vale Do Côa (PTZPE0039) e o ZPE Douro Internacional e Vale do Águeda (PTZPE0038), e a sudoeste a Reserva Natural da Serra da Malcata, o SIC Malcata (PTCON0004) e a ZPE Serra da Malcata (PTZPE0007). No entanto, a área mais próxima do Plano é a Serra da Estrela, que cumpre uma distância de cerca de 5 600 metros, e localiza-se numa bacia hidrográfica distinta da área do Plano, considerando-se, assim, a não interferência com estas áreas protegidas.

Condicionantes legais

Em termos de condicionantes legais naturais refira-se ainda a existência de áreas de Reserva Agrícola Nacional e áreas de Domínio Público Hídrico.

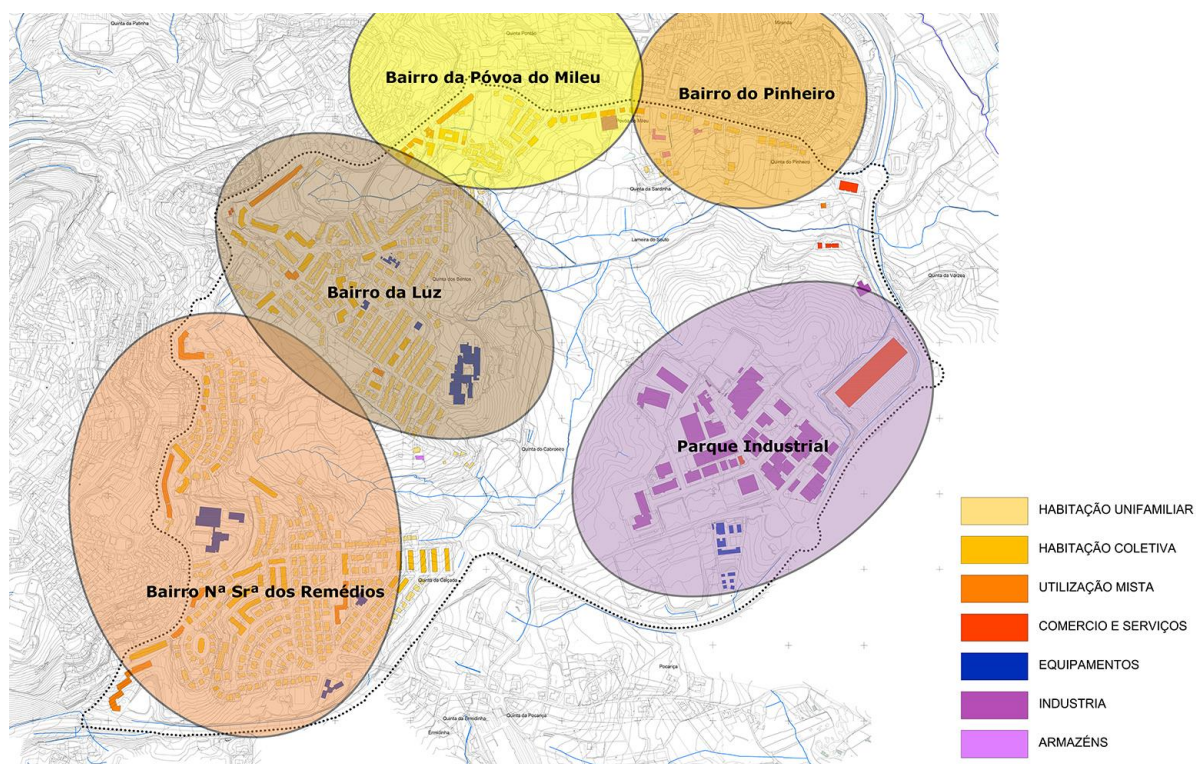
III.1.3. Enquadramento Urbano

Tecido Urbano

A área do PUC, como já mencionado, apresenta uma ocupação rural nos vales das linhas de água, sendo nas cumeadas e/ou partes altas que se verifica a maior presença e concentração de ocupação urbana, nomeadamente a poente do Plano de Urbanização.

Como podemos observar pela Figura III.7, a maior concentração de edificado de habitação coletiva é nas zonas confinantes com a rua Francisco Piçarra de Matos/ rua Almeida Garrett/ rua António Sérgio/ rua Cidade de Beja, que corresponde à zona de maior proximidade ao centro da cidade da Guarda. É, também, nestas áreas que se localizam os edifícios com utilização mista, habitação e comércio/ serviços. Porém, a maioria do edificado é de habitação unifamiliar, composta por quatro Bairros: o Bairro Sra. dos Remédios, a sudoeste, o Bairro da Luz, a noroeste, e o Bairro Póvoa do Mileu e Bairro do Pinheiro, parcialmente, situadas a sul.

Importa destacar o parque industrial presente a sudeste do Plano, pela sua dimensão, impacto e pretensões de expansão, e ainda, os equipamentos presentes na área, fazendo do território em estudo uma área bem dotada de equipamentos e infraestruturas. Refira-se, ainda, a existência, no tecido urbano, de duas áreas que mantêm a matriz rural, o conjunto formado pelo troço final da rua Dr. António Monteiro da Fonseca, pelas ruas do Ribeiro e do Cruzeiro e travessa do Santo; e o conjunto formado a partir da rua Lugar do Bacelo.



Fonte: Adaptação do Relatório da Fase de Caracterização do PU do Cabroeiro, Guarda.

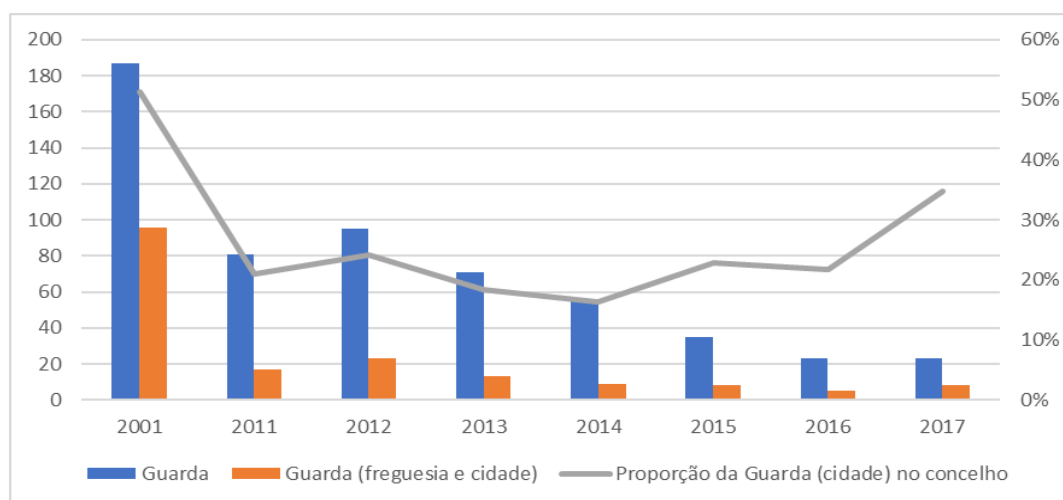
Figura III.7 – Tipologias do edificado da área de intervenção do plano

Em geral, o edificado apresenta uma idade média de 30 anos, apresentando um parque edificado relativamente recente e sem necessidades de reparação, sendo que o edificado mais antigo se situa na zona poente do Plano.

No seu conjunto, o tecido urbano caracteriza-se pela existência de diversas interrupções na malha viária, com vários arruamentos sem continuidade, os quais podem resultar de loteamentos cujas vias deixam em aberto uma eventual continuidade, que nunca chegou a concretizar-se, situações de *cul-de-sac* intencional, e estrangulamentos dos arruamentos, que podem resultar do alargamento de caminhos existentes com vista a dar condições para a edificação, alargamento esse que apenas foi realizado até à edificação em causa, mantendo-se depois com as características de caminho rural.

Habitação e Alojamentos

Segundo o INE, o número de edifícios construídos para habitação no município sofreu uma diminuição desde 2016, porém, a freguesia da Guarda apresenta um crescimento do peso de edifícios licenciados face ao município da Guarda, como podemos observar na Figura III.8, o que relewa o papel da cidade da Guarda como centro polarizador e a sua necessidade de expansão. Salienta-se ainda que, a freguesia da Guarda apresenta o maior número de alojamentos ocupados, sendo a sua taxa de desocupação de 11%.



Fonte: Relatório da Fase de Caracterização do PU do Cabroeiro, Guarda.

Figura III.8 – Edifícios licenciados na Guarda (concelho e freguesia)

A tipologia dominante da habitação presente na área do Plano é de *T3 e T4 ou mais*, sendo estes maioritariamente de habitação unifamiliar.

Por fim, destaca-se o crescimento do turismo na cidade da Guarda, realidade idêntica a quase todos os centros urbanos o território português. Assim, é expectável a afetação deste crescimento na dinâmica imobiliária, estando previsto mais dois estabelecimentos

hoteleiros na cidade, bem como o progressivo aumento do número de alojamentos locais, sendo que a freguesia da Guarda já conta 17 unidades turísticas.

Quadro III.1 – Empreendimentos turísticos e Alojamentos locais na freguesia da Guarda

FREGUESIA	QUANTIDADE (Número)	CAPACIDADE (Pessoas)
Empreendimentos Turísticos	4	349
Alojamentos locais	13	288
Total	17	637

Fonte: Registo Nacional de Turismo (30-março-2020).

Equipamentos

A área em estudo integra uma quantidade considerável de equipamentos, nomeadamente de educação, de saúde e desportivos, como podemos constatar a partir do Quadro III.2.

Quadro III.2 – Equipamento na área de intervenção do plano

EQUIPAMENTOS	TIPOLOGIA	LOCAL
Creche e Jardim de Infância "O Castelo"	Educação	Bairro N ^a Sr ^a dos Remédios
Agrupamento de Escolas da Sé – Escola Secundária da Sé	Educação	Bairro N ^a Sr ^a dos Remédios
Direção Regional de Agricultura e Pescas	Administrativo	Bairro N ^a Sr ^a dos Remédios
Pavilhão Desportivo	Desportivo	Bairro N ^a Sr ^a dos Remédios
Agrupamento de Escolas da Sé – Jardim de Infância do Bairro da Luz	Educação	Bairro da Luz
Agrupamento de Escolas da Sé – Escola Primária do Bairro da Luz	Educação	Bairro da Luz
Centro Cultural Social e Recreativo do Bairro da Luz	Cultural	Bairro da Luz
Casa de Saúde – Bento Menni	Saúde	Bairro da Luz
Cemitério da Póvoa de Mileu	Religioso	Bairro da Luz
Campo Desportivo	Desportivo	Bairro da Póvoa de Mileu
Campo Desportivo	Desportivo	Zona Industrial
Total		11

Fonte: Câmara Municipal da Guarda.

Os bairros que integram na sua totalidade a área do Plano adquirem uma quantidade e diversidade de equipamentos consideráveis e capazes de servir e dotar os bairros de dinâmicas locais. Os bairros a sul, que se inserem parcialmente na área do Plano, não adquirem a mesma realidade, uma vez que os seus equipamentos estão concentrados a norte, na extensão dos bairros em questão.

Infraestruturas

Relativamente às infraestruturas rodoviárias, trata-se de uma área com ótimas condições de acessibilidade, conferidas pelas ligações à VICEG (Via de Cintura Externa da Guarda), e que articula o centro da cidade com a área envolvente e os seus diferentes usos, urbanos ou não. Por seu turno, a VICEG estabelece as ligações da cidade às grandes infraestruturas viárias (A25 e A23). De referir, em particular, a existência de um

parque industrial na articulação entre a VICEG e a A23, uma localização privilegiada do ponto de vista do escoamento de produtos, mas também da possibilidade de localização de áreas ligadas à logística urbana.

A mobilidade praticada pela população da Guarda é essencialmente feita através de transporte próprio. Porém, existe uma rede de transportes coletivos urbanos de passageiros, sob concessão da TUG – Transportes Urbanos da Guarda, que responde às necessidades atuais da população, perfazendo um total de seis percursos ramificados que confluem no centro da cidade. A Linha 6 – Bairro do Pinheiro – Jardim José de Lemos é a linha que abrange a área do Plano de Urbanização do Cabroeiro, nomeadamente o Bairro N^a Sr^a dos Remédios, o Bairro da Luz, o Parque Industrial e a zona sul da área do Plano.

Por falta de informação, não foi possível aferir com exatidão a abrangência ou carência das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais face ao edificado e/ou alojamentos existentes.

Espaços Verdes Urbanos

Os espaços verdes urbanos, como Jardins e Parques, ou até mesmo espaços verdes de enquadramento, adquirem uma elevada importância social e/ou ambiental para o território, concorrendo para um desenvolvimento sustentável.

Apesar da cidade da Guarda apresentar diversos espaços verdes, estes mostram-se desconectados entre si, devido essencialmente às suas ruas de pouca dimensão, onde se mostra difícil a sua arborização. Atualmente, o espaço rural do PUC encontra-se desconectado ao espaço urbano, e no espaço urbano apenas presenciamos 5 espaços verdes de utilização coletiva, sendo estes excessivamente impermeabilizados, proporcionando apenas benefícios notórios ao nível social, e não ao nível ambiental.

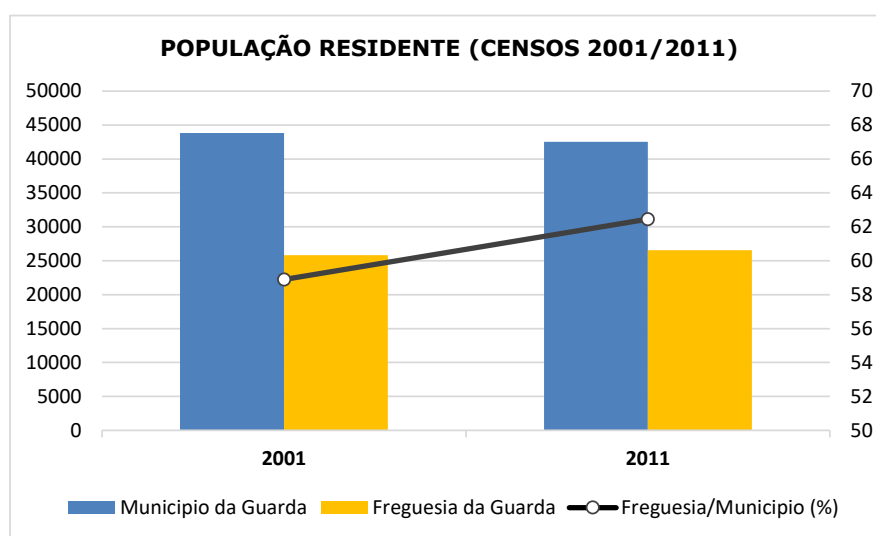
Condicionantes legais

As condicionantes legais associadas à estrutura urbana são as zonas de servidão *non-aedificandi* estabelecidas legalmente para as estradas municipais, que estão estabelecidas na Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961 (Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais).

III.1.4. Enquadramento Socioeconómico

População

A evolução da população residente total na freguesia de Guarda¹, na última década censitária (2001/2011), revelou um acréscimo do número de 758 habitantes, o que corresponde a acréscimo de 2,9% da população face a 2001. Como podemos constatar pela Figura III.9, apesar do crescimento na freguesia, a população do município decresce, pressupondo um efeito polarizador da cidade da Guarda, em que o peso da população da cidade da Guarda (freguesia) aumenta em cerca de 3,6%.



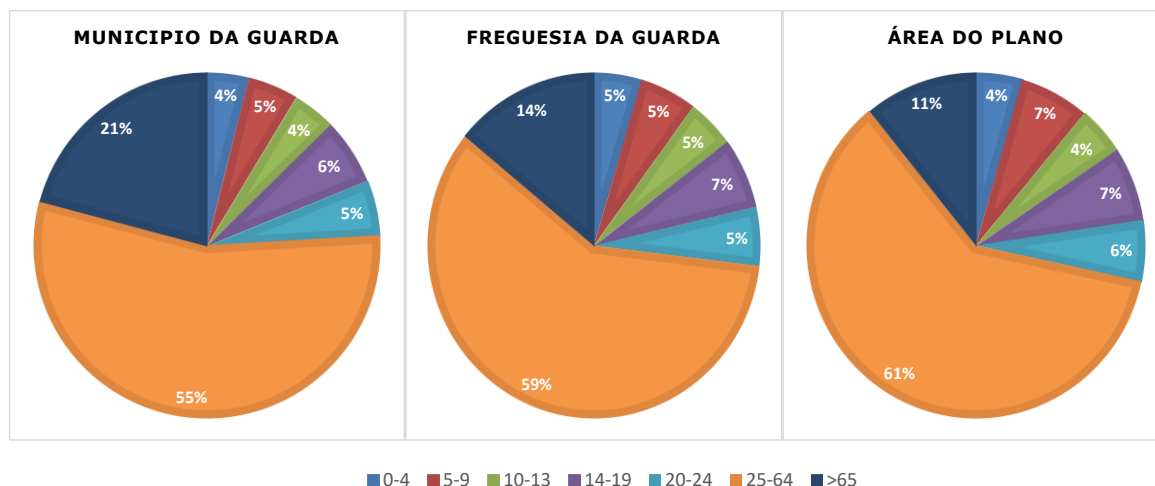
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Figura III.9 – População residente na Guarda (concelho e freguesia)

Relativamente à população residente na área do Plano, é de 5080 residentes em 2011 (Censos 2011, INE), correspondendo a uma densidade populacional de 2 883,27 habitantes/km², valor muito superior à realidade da freguesia que é de 705 habitantes/km², relevando o carácter do PU enquanto território contíguo ou de extensão à cidade da Guarda.

A estrutura etária da população residente na área do Plano é maioritariamente representada por população na faixa dos 25 aos 64 anos de idade (cerca de 61%), realidade idêntica ao município e ao concelho da Guarda. A área do Plano distancia do panorama municipal e da freguesia na faixa etária maiores que 65 e crianças entre os 5 e os 9 anos, revelando um menor índice de envelhecimento da população (cerca de 11% face aos 21% do concelho e 14% da freguesia de população com idade superior a 65 anos), apresentando um maior potencial desenvolvimento demográfico.

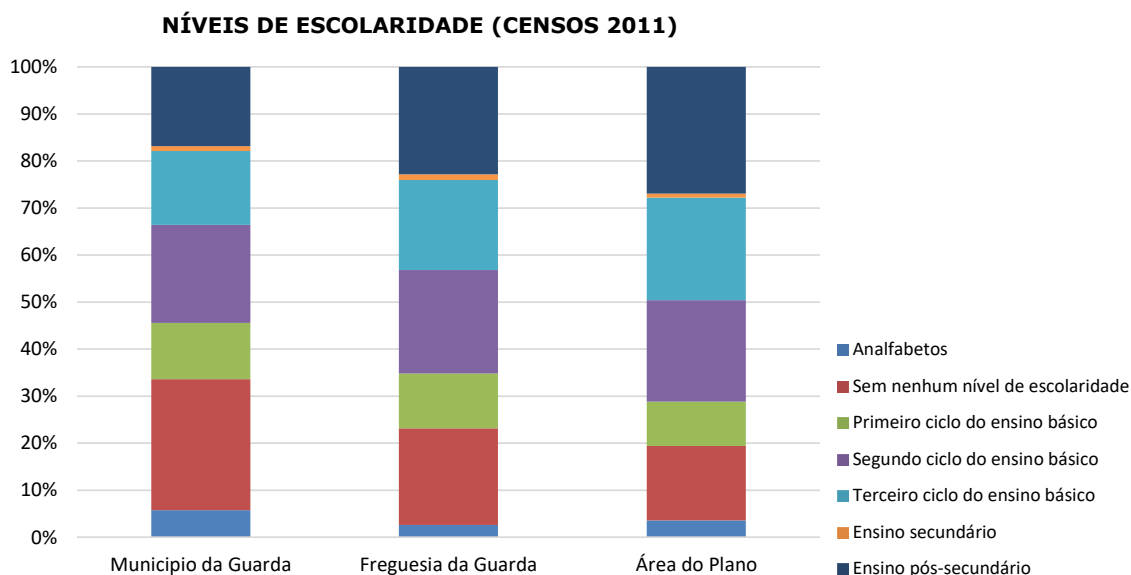
¹ Atual freguesia da Guarda corresponde a uma agregação das antigas freguesias de São Vicente, Sé e São Miguel da Guarda, conseqüente da reorganização administrativa de 2012/2013.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Figura III.10 – Estrutura etária da população residente na Guarda (concelho e freguesia) e na área do Plano (Censos 2011).

Relativamente aos níveis de escolaridade, a área do Plano reflete um panorama mais favorável face à realidade do concelho e da freguesia em que se insere, revelando um maior potencial e contributo para o desenvolvimento económico. Assim, a população residente na área do PUC apresenta uma qualificação mais elevada, nomeadamente cerca de 27% da população concluiu o grau de ensino superior, enquanto no município e na freguesia os valores são de 17% e 23%, respetivamente.



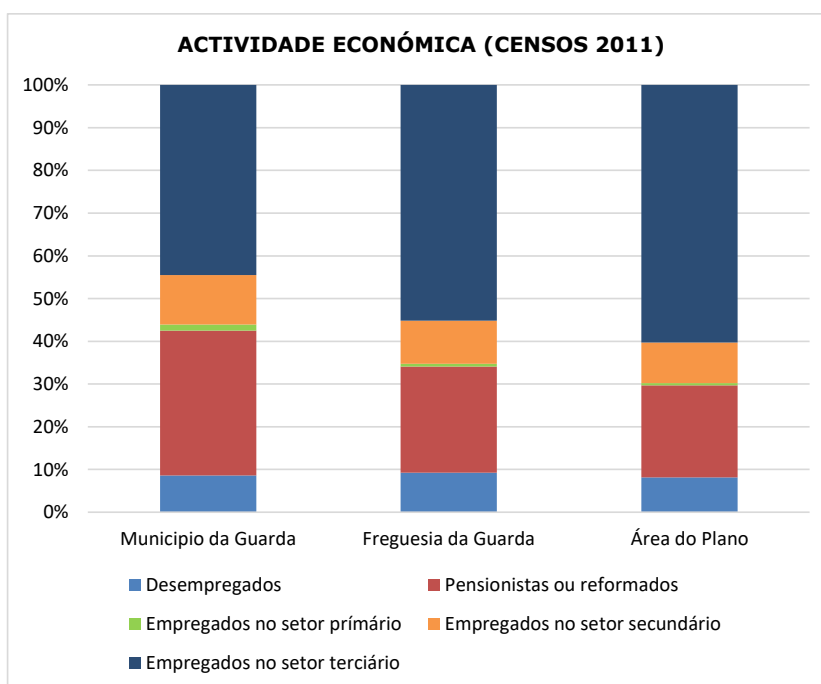
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Figura III.11 – Qualificação da população residente na Guarda (concelho e freguesia) e na área do Plano (Censos 2011).

Economia

Analisando a atividade económica nos três territórios, verifica-se que a população empregada está afeta predominantemente ao setor terciário, sendo que na área do Plano a população afeta é superior, aproximadamente 60%, enquanto no município e freguesia é de 44% e 55%, respetivamente. Esta realidade evidência um carácter urbano do território do Plano, apesar da sua extensa área agrícola e florestal.

Analisando a população desempregada, reformada ou pensionista, também é na área do Plano que se verifica uma realidade mais favorável à atividade económica, constatando-se valores inferiores aos do município e freguesia da Guarda.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Figura III.12 – Atividade económica da população residente na Guarda (concelho e freguesia) e na área do Plano (Censos 2011).

III.1.5. Ambiente

A linha de água presente na área do Plano é afluente do rio Diz, e apesar do seu carácter permanente, tem pouca expressão no território, não estando, por isso classificada individualmente quanto ao seu estado das massas de água. Assim, para o presente estudo considerou-se a análise do estado da massa de água do rio Noéme, que tem como afluente o rio Diz.

Segundo o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3), o rio apresenta um estado global de *Inferior a Bom*, sendo referidas como principais pressões responsáveis as Águas Residuais, a Agricultura e a Pecuária.

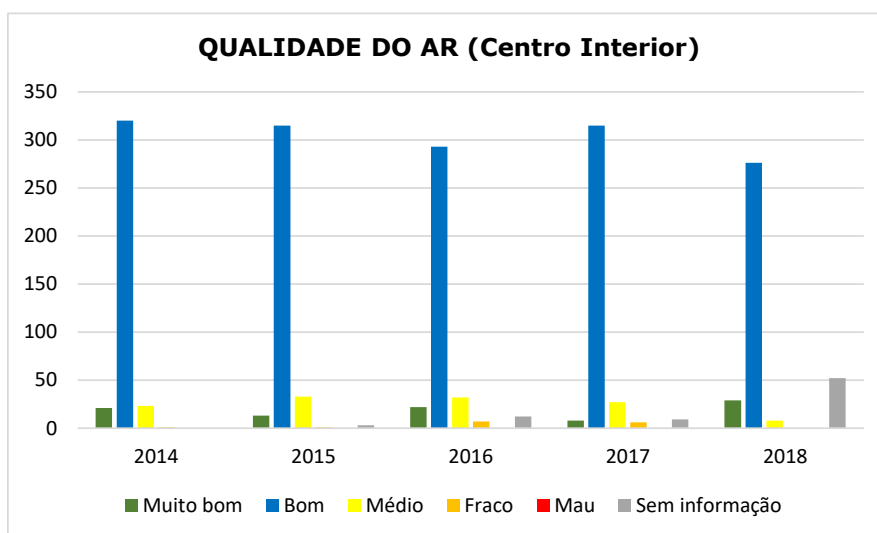
Quadro III.3 – Estado da massa de água do rio Noéme, foz do rio Diz.

MASSA DE ÁGUA	AVALIAÇÃO DO ESTADO		
	ESTADO ECOLÓGICO	ESTADO QUÍMICO	ESTADO GLOBAL
Rio Noéme	Medíocre	Desconhecido	Inferior a Bom

Fonte: ARHN - PGBH RH3 Douro – Setembro de 2011.

No que respeita à qualidade do ar na região, analisaram-se os dados disponibilizados pela Agência Portuguesa do Ambiente para a zona Centro Litoral, que corresponde aos valores registados nas estações de qualidade do ar de Fundão e de Fornelo do Monte, no concelho de Fundão e Vouzela, respetivamente.

Analisando os dados da Figura III.13, contata-se que a qualidade do ar na região é, predominantemente boa, sendo que no período analisado, de 2014 a 2018, presenciamos uma melhoria da qualidade do ar, aumentando a qualidade dos dias de qualidade *Muito boa* em 38%.



Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Figura III.13 – Índice de Qualidade do Ar no período 2014-2018 para a Zona Centro Litoral.

A qualidade do ar no concelho da Guarda é reconhecida pela sua pureza, tendo sido atribuído ao município o título de primeira "Cidade Bioclimática Ibérica", em 2002 pela Federação Europeia de Bioclimatismo.

III.1.6. Síntese e Diagnóstico do Território

Com base nos elementos desenvolvidos pela equipa do plano e na breve caracterização apresentada, sintetiza-se nos quadros seguintes os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças a considerar neste território.

Quadro III.4 – Análise das Oportunidades e Ameaças para a área do Plano

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> - Proximidade ao centro histórico da cidade da Guarda; - Migração da população dos territórios rurais para o centro da cidade; - Aumento do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alterações Climáticas; - Plano Diretor Municipal da Guarda desatualizado face ao enquadramento legal atual e às novas realidades e dinâmicas socioeconómicas.

Quadro III.5 – Análise dos Pontos Fortes e Fracos da área do Plano

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
ESTRUTURA BIOFÍSICA	<ul style="list-style-type: none"> - Vales de linha de água de carácter rural, sem presença de edificação; - Diversidade paisagística, contemplando uma diversidade de micro-paisagens de carácter rural; - Presença de matas adequadas e bem desenvolvidas de vegetação autóctone de elevado valor ecológico, ambiental e paisagístico; - Presença de Lameiros e Prados/Pastagens de elevado interesse paisagístico; 	<ul style="list-style-type: none"> - Galeria ripícola fragmentada; - Margens dos cursos de água com pressões de usos e ocupações do solo agrícola; - Espaços naturais com necessidade de uma gestão integrada, nomeadamente as áreas florestais; - Áreas com declives predominantemente acentuados.
ESTRUTURA URBANA	<ul style="list-style-type: none"> - Concentração do edificado, havendo poucos edifícios dispersos e pontuais; - Parque edificado relativamente jovem (idade média 30 anos); - Maior peso dos edifícios licenciados na freguesia onde se insere o Plano face ao município, apesar da sua global diminuição; - Quantidade elevada de equipamentos de educação e desportivos; - Presença da VICEG que estabelece boas acessibilidades entre o território em estudo e o centro da cidade da Guarda e a rede nacional de autoestradas; - Rede de transportes públicos abrange a área do Plano, contemplando um total de 17 paragens de autocarro; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aglomerados urbanos desconectados, havendo interrupções na malha viária e estrangulamentos na malha urbana; - Défice de conexão e articulação entre os aglomerados urbanos presentes na área do Plano; - Elevada utilização do automóvel; - Défice de passeios nos arruamentos; - Reduzida mobilidade por modos suaves; - Inexistência de ruas arborizadas e de estrutura verde urbana coerente; - Défice de espaços verdes urbanos, capazes de proporcionar benefícios ambientais e sociais.

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
SOCIOECONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da população residente na freguesia onde se insere o Plano, em oposição à diminuição verificada num contexto municipal; - População residente na área do Plano é menos envelhecida face à realidade da freguesia onde se insere; - Maior número de pessoas com qualificações elevadas face à realidade da freguesia onde se insere; - Setor terciário como protagonista ao nível das atividades económicas e do emprego (cerca de 60%); - Área de atividades económica com localização estratégica em termos de acessibilidades; - Área de atividades económica com potencial de crescimento; - Baixas taxas de desemprego. 	<ul style="list-style-type: none"> - População afeta ao setor primário reduzida, levando difícil sustentação das áreas agrícolas e florestais presentes no Plano.
AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> - Boa qualidade do Ar; - Maioria dos cursos de água apresenta boa qualidade global das massas de água. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pressão agrícola na qualidade do estado das massas de água.

III.2. O PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO

III.2.1. Antecedentes

O Plano de Urbanização em estudo corresponde à primeira proposta apresentada para o território em questão, não havendo antecedentes do Plano, nem de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

III.2.2. Fundamentação

A elaboração dos instrumentos de gestão territorial têm como enquadramento legal o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que é a Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU), que vieram introduzir alterações substanciais ao nível da qualificação do solo urbano.

O PUC enquadra-se no Plano Diretor Municipal da Guarda, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/94, de 20 de julho, e alterado pela Declaração n.º 275/2002, de 4 de setembro, e pela Declaração n.º 351/2002, de 19 de novembro. Sendo parte da sua área territorial abrangida por categorias de Solo Urbano categorizadas como "Área Urbana e Urbanizável", encontra-se atualmente desatualizado no novo enquadramento legislativo, que determina a extinção da categoria de solo urbanizável e a sua reclassificação em áreas de Solo Rústico.

Assim, o Plano de Urbanização pretende enquadrar estas novas matérias, realidades e/ou normas em vigor e rever a classificação do solo no território em questão, tendo em conta a realidade atual do local e do concelho, respondendo à evolução das suas condições ambientais, económicas, sociais, culturais e políticas.

III.2.3. Objetivos

O Plano iniciou-se após a deliberação de Câmara no dia 25 de junho de 2018, publicada através do Aviso n.º 10332/2018, de 31 de julho, onde foram definidos os seguintes objetivos programáticos:

- *"Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;*
- *Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão em articulação com a malha urbana envolvente;*
- *Consolidação e estruturação das áreas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;*

- *Aumento da área do Parque Industrial;*
- *Instituição de um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia, do corredor afeto à via de ligação à VICEG;*
- *Redefinição do limite do solo urbano e detalhe da ocupação nas áreas ainda livres.”*

O Plano de Urbanização do Cabroeiro teve como ponto de partida os objetivos descritos, porém o desenvolvimento dos estudos de caracterização desenvolvidos pela equipa deram origem a uma proposta de Modelo Territorial assente na incorporação de novos objetivos que atendessem sobretudo à salvaguarda e continuidade dos ecossistemas naturais, por serem entendidos como sistemas que promovem diversos serviços, nomeadamente de cariz ecológico, ambiental e social, promovendo assim um desenvolvimento sustentável.

O modelo territorial proposto para a área do Plano assenta em três sistemas estruturantes:

- ***“Estrutura verde***, incluindo as áreas de salvaguarda mais estrita e as áreas de potencial ecológico e recreativo, enfatizando as possíveis conexões para fora da área do Plano e garantido a sua “penetração” nos tecidos urbanos, identificando as categorias de solo rústico a considerar;
- ***Estrutura de mobilidade***, estabelecendo as vias estruturantes e de ligação no território em causa, bem como os percursos de mobilidade suave, incluindo percursos partilhados e promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;
- ***Uso do solo urbano***, identificando as áreas a afetar aos usos urbanos de forma a favorecer complementaridades e salvaguardar compatibilidades, como sejam os equipamentos, as áreas de atividade económica e os espaços habitacionais, bem como os bairros enquanto unidades de vizinhança a estruturar e potenciar”.

Posto isto, torna-se pertinente para o presente estudo de Avaliação Ambiental Estratégica a incorporação de três novos objetivos que reflita o delineado pelo Modelo Territorial na fase de caracterização, que é a base do Plano proposto. Assim, são também considerados os seguintes objetivos:

- Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;
- Criação de uma estrutura de mobilidade suave, incluindo percursos partilhados;

- Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.

Concluindo, para o presente trabalho foram considerados os objetivos descritos no Quadro III.6, uma compilação e adaptação dos objetivos mencionados, aproximando-se dos objetivos traduzidos pelo Modelo Territorial definido e pela proposta de Plano.

Quadro III.6 – Objetivos do Plano de Urbanização do Cabroeiro (Adaptação).

OBJETIVOS
• (O1) Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;
• (O2) Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão urbana em articulação com a malha urbana envolvente, instituindo um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia;
• (O3) Consolidação e estruturação de áreas urbanas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;
• (O4) Aumento da área do Parque Industrial;
• (O5) Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;
• (O6) Criação de uma estrutura de mobilidade suave , incluindo percursos partilhados;
• (O7) Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas , através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.

III.2.4. Avaliação Ambiental Estratégica

De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação, e o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, estão sujeitos a AAE os planos municipais de ordenamento do território que constituem enquadramento para a futura aprovação dos projetos sujeitos a AIA. Sendo que, a área de atividades económicas, designada de Parque Industrial, pretende ser ampliada, resultando previsivelmente num projeto sujeito a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), considera-se que o Plano de Urbanização do Cabroeiro se enquadra nos planos sujeitos a AAE.

IV. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Neste capítulo define-se o âmbito da AAE e identificam-se os temas fundamentais vistos como fatores de sucesso numa decisão estratégica, os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), e sobre os quais a AAE se irá debruçar para efetuar uma avaliação ambiental adequada da proposta do Plano de Urbanização do Cabroeiro.

Nesta fase são estabelecidas as componentes/dimensões da análise que vão estruturar a avaliação do Plano ao nível das soluções nele preconizadas.

A definição dos fatores críticos assenta, entre outros aspetos, na análise das orientações definidas nos instrumentos de gestão territorial nacional, regional e municipal, integrados no denominado de Quadro de Referência Estratégico (QRE), que permitem enquadrar e compatibilizar a estratégia definida no PUC relativamente aos outros instrumentos.

Através da relação do QRE, que incide sobre o território do Plano, com os Fatores Ambientais (FA) é definido o âmbito ambiental relevante (definição de âmbito), que será a base para a definição dos FCD. Os FA são os que constam na legislação (Descritos no ponto IV.2).

IV.1. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O quadro de referência estratégico é um macro-enquadramento estratégico da avaliação ambiental, criando um referencial para a mesma. Reúne os macro-objetivos de política ambiental e de sustentabilidade estabelecidos a nível europeu, transpostos para ordem jurídica interna nacional e regional que são relevantes para a avaliação, bem como as ligações a outros planos e programas com os quais o Plano estabelece relações.

Consideram-se como relevantes, no âmbito da análise do PUC, os seguintes instrumentos:

Âmbito Nacional

- Portugal 2020 (Acordo de Parceria)
- Portugal 2030 (Estratégia Nacional para o Portugal Pós 2020)
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 2030 (PNPOT)
- Programa de Valorização do Interior (PVI) (Revisão do Programa Nacional para a Coesão Territorial – PNCT)
- Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH)
- Plano Nacional da Saúde 2020 (PNS)

- Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000)
- Estratégia Turismo 2027 (ET27)
- Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)
- Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)
- Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2030 (PNAC 2030)
- Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAAC 2020)
- Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020)
- Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE)
- Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER)
- Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR 2020)
- Lei da Água (transpondo a Diretiva Quadro da Água - DQA)
- Plano Nacional da Água (PNA)
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2020 (PNUEA 2020)
- Plano Estratégico para o setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR 2020)
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020 (PERSU 2020)
- Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020 (ENEA 2020)

Âmbito Regional

- Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Centro (PROT-Centro)
- CENTRO 2020 – Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020)
- Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI)
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro - RH3 (PGRH3)

Âmbito Sub-Regional

- Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Beiras e Serra da Estrela 2020 (EIDT-BSE);
- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-CIMBSE)
- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Beiras e Serra da Estrela (PAMUS-BSE)

Âmbito Municipal:

- Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 (CS2020)
- Plano Diretor Municipal da Guarda (PDM)
- Plano Estratégico de Desenvolvimentos Urbano de Guarda (PEDU)
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Guarda (PMDFCI)
- Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil da Guarda (PMEPC)
- Plano Rodoviário Municipal da Guarda 2020-2040 (PRM2020-2040)

Dos instrumentos identificados selecionaram-se os objetivos, considerados referenciais estratégicos, que serão utilizados no enquadramento do processo de elaboração e avaliação do PUC, nomeadamente aqueles que possam validar os objetivos estabelecidos no Plano. Nesta análise procurou detetar-se potenciais situações de conflitos entre os objetivos e ações definidas. As orientações definidas no QRE permitem compreender o cenário de desenvolvimento desenhado para a área de intervenção do Plano.

Os objetivos selecionados a partir dos documentos de referência estratégica foram sintetizados nos quadros apresentados no Anexo I, onde são analisadas as suas compatibilidades, ou correspondências, com os objetivos descritos no ponto III.2.3, que são consequentes dos estudos e relatório da Proposta de Plano. Esta análise foi efetuada através de uma matriz, na qual são relacionados os objetivos de cada instrumento.

O grau de convergência entre os objetivos foi classificado como “correspondência fraca, média e forte” e representada por uma gradação de cores e simbologia própria, descrita no Anexo I.

Alguns documentos analisados possuem cariz fortemente sectorial, outros possuem uma elevada abrangência territorial não se adaptando diretamente à escala do Plano, pelo que nem sempre existe uma correspondência forte com todos os objetivos. No entanto, todos estes instrumentos têm reflexo nos objetivos propostos para o Plano de Urbanização do Cabroeiro, Guarda.

IV.1.1. Portugal 2020

O **Acordo de Parceria**, denominado **Portugal 2020**, adota os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego em Portugal. Portugal 2020 define as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento necessárias para promover no nosso país o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e o cumprimento das metas da Europa 2020. A prossecução deste desígnio estratégico é assegurada através da concretização de um conjunto de objetivos distribuídos por quatro domínios temáticos: Competitividade e Internacionalização, Inclusão Social e Emprego, Capital humano e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Importa referir que, dos instrumentos considerados na presente análise, o Programa Operacional Regional do Centro – Centro 2020 (analisado no ponto IV.1.25.) é um dos programas que integra o instrumento Portugal 2020.

O Quadro Anexo 1 evidencia a forma como se interrelacionam os objetivos Portugal 2020 e os do Plano de Urbanização do Cabroeiro. A análise demonstra haver maior convergência ao nível do domínio da *sustentabilidade e eficiência no uso de recursos*, convergente com o definido pelo O5, O6 e O7, nomeadamente pela “amenização climática e conforto urbano”, pela criação de uma “estrutura de mobilidade suave” e pela “salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde”, respetivamente.

IV.1.2. Portugal 2030

Devido ao Acordo de Parceria - Portugal 2020 ter os seus princípios definidos para metas a atingir até 2020, e pela atual proximidade a esse mesmo ano, importa já analisar os instrumentos que definem estratégias para Portugal pós 2020, o **Portugal 2030 - Estratégia Nacional para o Portugal Pós 2020**. A estratégia é consequente de uma política estabelecida pela União Europeia, a Política de Coesão. Esta é adaptada para o contexto de Portugal e apoia-se nos fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE, FC).

Atualmente foram definidas linhas gerais de prioridades para o Pós-2020, estas priorizam a Competitividade empresarial e a inovação, o Assegurar a adequada qualificação da população, a Sustentabilidade demográfica, a Diminuição de dependência energética, o Reforço do potencial económico estratégico da Economia do Mar, a Competitividade externa das cidades e regiões dos territórios atlânticos e do interior e a Convergência dos territórios de baixa densidade, potenciando a exploração dos recursos endógenos. Este conjunto de objetivos pretende traduzir-se em “Competitividade para a Convergência e Emprego” e “Competitividade e Coesão”.

O Portugal 2030 integra o Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030), que consiste num instrumento de define os investimentos estratégicos e as prioridades dos mesmos, nos setores da Mobilidade e Transportes, Ambiente e Energia. Em suma, concretiza a parte estratégica do Portugal 2030 relativa aos investimentos estruturantes.

O Quadro Anexo 2 relaciona os objetivos do Portugal 2030 com os do PUC, mostrando maior convergência ao nível da *energia e alterações climáticas*, através do O5, O6 e O7, nomeadamente pela “amenização climática e conforto urbano”, pela criação de uma “estrutura de mobilidade suave” e pela “salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde”, respetivamente.

IV.1.3. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

O **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território** (PNPOT) foi estabelecido pela Lei nº 58/2007, de 4 de setembro, sendo aprovada a primeira revisão ao PNPOT em Conselho de Ministros Extraordinário de 14 de julho de 2018. O programa consiste num instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, visando para o futuro do país e, também, o estabelecimento de um sistema de operacionalização, monitorização e avaliação capaz de dinamizar a concretização das orientações.

A revisão do PNPOT, publicada em Diário da República pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, propõe um novo programa de ação para o horizonte 2030, compreendendo o facto de existir um período de transição entre quadros de apoio comunitário e o desenvolvimento de um Modelo Territorial relacionados com as novas preocupações políticas. O novo PNPOT define 5 desafios territoriais estratégicos, nomeadamente gerir os recursos naturais de forma sustentável, promover um sistema urbano policêntrico, promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial, reforçar a conectividade interna e externa e promover a governança territorial. O Programa assume, ainda, 10 compromissos para o território:

- *Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades;*
- *Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica;*
- *Adaptar os territórios e gerar resiliência (nomeadamente face às alterações climáticas);*
- *Descarbonizar acelerando a transição energética e material;*
- *Remunerar os serviços prestados pelo capital natural;*
- *Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação;*
- *Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território;*
- *Integrar nos Instrumentos de Gestão Territorial novas abordagens para a sustentabilidade;*

- *Garantir nos Instrumentos de Gestão Territorial a diminuição da exposição a riscos;*
- *Reforçar a eficiência territorial nos Instrumentos de Gestão Territorial.*

Como observamos no Quadro Anexo 3, e apesar da diferença de escala, verifica-se correlações mais fortes relativamente ao *promover um sistema urbano policêntrico*, através do O3, O4, O5 e O6, nomeadamente pela “consolidação e estruturação de áreas urbanas”, pelo “aumento da área do Parque Industrial”, pela “valorização paisagística da urbe” e pela “criação de uma estrutura de mobilidade suave”, respetivamente.

IV.1.4. Programa de Valorização do Interior

O **Programa de Valorização do Interior** (PVI), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministro nº 116/2018, a 14 de julho, é uma revisão e ampliação do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministro nº 72/2016, de 20 de outubro. O programa procura a valorização do território e a dinamização do interior como uma das prioridades da ação governativa, visando a promoção de uma nova abordagem de aproveitamento e valorização dos recursos endógenos de cada região e das especificidades dos territórios e das regiões fronteiriças, enquanto fatores de desenvolvimento, competitividade e criação de riqueza.

O PVI pretende monitorizar as propostas do PNCT e acrescentar medidas que respondam aos novos desafios e realidades socioeconómicas destes territórios, definindo 5 eixos estruturantes para a valorização e desenvolvimento dos territórios do interior, nomeadamente *Um território interior + Coeso, + Competitivo, + Sustentável, + Conectado* e *+ Colaborativo*. Para cada eixo estratégico são transcritas medidas, perfazendo, no seu conjunto, um total de 164 medidas.

No Quadro de Anexo 4 são evidenciadas as convergências entre a estratégia do PU do Cabroeiro e a estratégia do PVI, verificando-se que as maiores convergências se verificam ao nível do *Eixo 1 - Um território interior + coeso* (Eixo do PVI), por compatibilização com os objetivos O1, O6 e O7 do PU, principalmente. Estes integram objetivos que passam pelo “estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG” (O1), conectando a área ao centro da cidade, pela “criação de uma estrutura de mobilidade suave” (O6) e pela promoção de uma “estrutura verde com valências ecológicas (...) capaz de conectar a estrutura rural à urbana” (O7).

IV.1.5. Nova Geração de Políticas de Habitação

A **Nova Geração de Políticas de Habitação** (NGPH), publicada em Resolução de Conselhos de Ministros nº 50-A/2018, de 2 de maio, estabelece uma nova política de habitação, definindo estrategicamente objetivos e instrumentos de atuação. A NGPH tem

como principal missão (Resolução de Conselhos de Ministros nº 50-A/2018, de 2 de maio):

- *Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, passando por um alargamento significativo do âmbito de beneficiário e da dimensão do parque habitacional com apoio público;*
- *Criar condições para que tanto a reabilitação do edificado como a reabilitação urbana passem de exceção a regra se se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas.*

De modo a atingir os objetivos a NGPH adota instrumentos de política, abrangendo o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE), o Programa de Arrendamento Acessível, a Chave na Mão - Programa de Mobilidade Habitacional para a Coesão Territorial, entre outros.

O Quadro de Anexo 5 evidencia a forma como se interrelacionam os objetivos da NGPH com e os do PUC. A análise demonstra haver poucas convergências, porém verifica-se uma maior convergência, embora que mediana, com o *promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais* e o *tornar a reabilitação na principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano*, através principalmente do O3 que propõe a "consolidação e estruturação de áreas urbanas".

IV.1.6. Plano Nacional da Saúde

O **Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2016** constitui um elemento basilar das políticas de saúde em Portugal, traçando o rumo estratégico para a intervenção no quadro do Sistema de Saúde. Dando cumprimento ao disposto nas Grandes Opções do Plano para 2015 (Proposta de Lei nº 253/XII), bem como às recomendações do relatório da Organização do Mundial de Saúde (OMS-Euro) sobre a implementação do PNS. Considerou-se adequado desenvolver uma revisão da execução do Plano, estendendo-o a 2020. Esta revisão e extensão do PNS a 2020 está alinhada com os princípios e orientações da Estratégia 2020 da OMS para a Região Europeia (aprovada por todos os Estados em setembro de 2013), e tem em consideração as recomendações do relatório de avaliação da implementação do PNS 2012-2016 apresentado em outubro de 2014 pela OMS-Euro, bem como a mais recente evidência disponível, fornecida através Roteiros de Intervenção do PNS elaborados por peritos em diferentes temáticas da saúde.

Para a concretização da visão do PNS são considerados quatro Eixos Estratégicos para os quais se propõe um conjunto de recomendações estratégicas: Cidadania em Saúde, Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde, Qualidade em Saúde, e Políticas Saudáveis. No Quadro Anexo 6 são evidenciadas as convergências entre a estratégia do PU do Cabroeiro e a estratégia do PNS, que se concluí serem praticamente nulas devido

ao distinto grau de incidência dos Planos. Porém, verifica-se que as maiores convergências são em relação ao eixo estratégico *Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde*, através do O5 pela proposta de "vias estruturantes e de ligação viária", englobando assim a melhoria dos acessos aos equipamentos de saúde.

IV.1.7. Plano Rodoviário Nacional

O **Plano Rodoviário Nacional** (PRN) 2000, aprovado em DL nº 22/98, 17 de julho, tendo como última alteração o DL nº 182/2003, 16 de agosto, contribui para a organização do território, definindo regimes e restrições para cada tipologia e estabelece as necessidades de comunicação rodoviárias de Portugal. Este plano define a Rede Rodoviária Nacional, composta pela Rede Fundamental e Complementar, os Itinerários Principais (IP) e, os Itinerários Complementares (IC) e Estradas Nacionais (EN), respetivamente. O plano define ainda a rede de Estradas Regionais (ER)

Atualmente, a rede de infraestruturas presente no PRN 2000 que abrangem o território da Guarda está em conformidade, nomeadamente com a conclusão da A23 (IP2) em 2003 e da A25 (IP5/IP2) em 2006, não havendo nenhuma via proposta que não tenha sido concluída. Assim, não são relacionados os objetivos do PRN 2000 com os do Plano em análise, por considera-se que estão em completa concordância.

IV.1.8. Estratégia Turismo

A **Estratégia Turismo 2027** (ET27), aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 134/2017 de 27 de setembro, é o referencial estratégico para o Turismo de Portugal. Pretende ser uma estratégia integrada numa visão de longo prazo, combinada com ações a curto prazo, permitindo atuar com maior sentido estratégico no presente e enquadrar o futuro quadro comunitário 2021-2027.

Esta estratégia define "*10 desafios globais para uma estratégia a 10 anos*" (Resolução de Conselho de Ministros nº 134/2017 de 27 de setembro) de modo a atingir uma a visão projetada para 2027.

- *Promover o emprego, a qualificação e valorização das pessoas e o aumento dos rendimentos dos profissionais do turismo;*
- *Alargar a atividade turística a todo o território e promover o turismo como fator de coesão social;*
- *Ritmo de crescimento mais acelerado em valor;*
- *Alargar a atividade turística a todo o ano, de forma a que o turismo seja sustentável;*
- *Garantir a competitividade das acessibilidades ao destino Portugal e promover a mobilidade dentro do território;*

- *Atingir os mercados que melhor respondem aos desafios de crescer em valor e que permitem alargar o turismo a todo ano e em todo o território;*
- *Estimular a inovação e empreendedorismo;*
- *Assegurar a preservação e a valorização económica sustentável do património cultural e natural e da identidade local, enquanto ativo estratégico, bem como a compatibilização desta atividade com a permanência da comunidade local;*
- *Simplificar a legislação e tornar mais ágil a administração;*
- *Garantir recursos financeiros e dinamizar o investimento.*

No Quadro de Anexo 7 são evidenciadas as relações existentes entre o PUC e a ET 2027. As convergências são mais evidentes nos objetivos relacionados com a *valorização do território e comunidades*, resultado, maioritariamente, pela correspondência com o O7 que valoriza o território através da "salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde".

IV.1.9. Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

A **Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade** (ENCNB) 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 55/2018, de 7 de maio, é um instrumento fundamental para a concretização da política nacional e internacional no domínio da conservação da natureza e biodiversidade, priorizando a salvaguarda e reduzindo a perda de biodiversidade.

Esta estratégia foca-se em três eixos estratégicos, já adotados na anterior ENCNB (Resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de outubro):

- *Melhorar o estado de conservação do património natural;*
- *Promover o reconhecimento do valor do património natural;*
- *Fomentar a apropriação dos valores naturais da biodiversidade.*

Para cada eixo são definidos objetivos ordenados por prioridades a prosseguir até 2030. Os objetivos têm como base um conjunto de medidas de concretização, para as quais se definem indicadores, prioridades, prazos, meios de verificação, instrumentos e responsabilidades.

No Quadro Anexo 8 são evidenciadas as relações existentes entre os objetivos do PUC e a ENCNB 2030, sendo as correspondências mais evidentes relativamente ao *fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade* (Eixo 3), resultado da convergência essencialmente com o objetivo O7 do PUC, por este promover a "salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde".

IV.1.10. Estratégia Nacional para as Florestas

A **Estratégia Nacional para as Florestal** (ENF), definida pela Resolução do Conselho de Ministros nº 114/2006, de 15 de setembro, com primeira atualização aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 6-B/2015, de 4 de fevereiro. Este instrumento constitui um elemento de referência das orientações e planos de ação públicos e privados para o desenvolvimento do setor florestal. A Estratégia, integrando a atualização mencionada, aprofunda e melhora os objetivos estratégicos, que se mantêm relevantes, quer ao nível das ações propostas, quer ao nível dos objetivos específicos e operacionais, que são alvo de refinamentos, assim como os respetivos indicadores.

Assim, os objetivos estratégicos definidos pela ENF são (Resolução do Conselho de Ministros nº 6-B/2015, de 4 de fevereiro):

- *A) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;*
- *B) Especialização do território;*
- *C) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;*
- *D) Internacionalização e aumento do valor dos produtos;*
- *E) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;*
- *F) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.*

O Quadro Anexo 9 evidencia a forma como se interrelacionam os objetivos da ENF com e os do PUC. A análise demonstra haver maior convergência ao nível da *especialização do território* (Eixo B), pela convergência o objetivo O7, que pretende uma "salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas (...) capaz de conectar a estrutura rural à urbana".

IV.1.11. Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O **Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios** (PNDFCI), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio, tem como objetivo transversal e principal a redução progressiva dos incêndios florestais através de uma gestão ativa da floresta. Com este propósito, o PNDFCI define uma estratégia assente num conjunto articulado de objetivos, ações e metas, que se dividem em intervenções de 3 domínios prioritários: prevenção estrutural, vigilância e combate.

Assim, a estratégia é composta e definida por 5 eixos estratégicos de atuação:

- *Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;*
- *Redução da incidência dos incêndios;*
- *Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;*
- *Recuperar e reabilitar os ecossistemas;*

- *Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.*

No Quadro Anexo 10 são evidenciadas as convergências entre o PUC e o PNDFCI, verificando-se poucas convergências, conseqüente da área em estudo apresentar uma reduzida área florestal. Porém, a maior convergência encontra-se ao nível do *recuperar e reabilitar os ecossistemas*, através do O7 que promove a “salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde”.

IV.1.12. Plano de Ação para a Economia Circular

O **Plano de Ação para a Economia Circular** (PAEC), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 190-A/2017, de 11 de dezembro, pretende aproximar Portugal deste conceito estratégico que assenta na prevenção, redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia. A Economia Circular é uma das componentes da mudança necessária do atual paradigma económico, Economia Linear. Este Plano assume os seguintes princípios gerais:

- *Conceber produtos, serviços e modelos de negócio que excluam a produção de resíduos e poluição;*
- *Manter produtos e materiais em utilização, preferencialmente no seu valor económico e utilitário mais elevado, pelo máximo tempo possível;*
- *Garantir a regeneração dos recursos materiais utilizados e dos sistemas naturais subjacentes.*

O PAEC apresenta três níveis de ações a serem introduzidas e elaboradas até 2020:

- *Ações de cariz transversal (macro), nacionais, que consolidam algumas das ações de várias áreas governativas para esta transição;*
- *Agendas setoriais (meso), sobretudo para setores mais intensivos no uso de recursos e de cariz exportador;*
- *Agendas regionais (micro), que devem ser adaptadas às especificidades socioeconómicas de cada região.*

No Quadro Anexo 11 reúnem-se as ações e respetivos objetivos, pelos diferentes níveis e afere-se a sua convergência com os objetivos do PU em análise, que se mostram reduzidas. As convergências verificam-se maioritariamente ao nível do *regenerar recursos: água e nutrientes*, que se verifica novamente através do O7 que promove “salvaguarda e continuidade dos ecossistemas”.

IV.1.13. Programa Nacional para as Alterações Climáticas

O **Programa Nacional para as Alterações Climáticas** (PNAC) 2030, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 56/2015, de 30 de julho, constitui um dos

instrumentos que compõe o Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC), este pretende concretizar as orientações nacionais em matéria de políticas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas.

O PNAC, no QEPiC, assume como visão o desenvolvimento de uma economia competitiva e de baixo carbono, estabelecendo um novo paradigma de desenvolvimento para Portugal num contexto de crescimento verde, abrangendo uma redução das emissões nacionais de GEE (Gases com Efeito de Estufa) e promovendo a integração de medidas nos planos setoriais.

Salienta-se que o PNAC se sustenta em políticas setoriais nacionais, como PNAEE, PNAER, PERSU 2020, PNGR 2020, PENSAAR 2020.

No Quadro Anexo 12 é possível verificar a relação entre os dois instrumentos, relação mais facilmente evidenciada pelo *objetivo de assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões nacionais de GEE*, através da sua correspondência com o objetivo O6, que pretende uma a promoção de uma mobilidade sustentável através de uma “estrutura de mobilidade suave”, promovendo uma redução de emissões.

IV.1.14. Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

A **Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas** (ENAAAC) 2020, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 56/2015, de 30 de julho, constitui um dos instrumentos que compõe o Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC), este pretende concretizar as orientações nacionais em matéria de políticas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas. Esta estratégia vem dar continuidade à primeira ENAAAC definida e aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 24/2010, 1 de abril.

A ENAAAC 2020 tem como visão: “*Um país adaptado aos efeitos das alterações climáticas, através da contínua implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas*” (Resolução do Conselho de Ministros nº 56/2015, de 30 de julho). A concretização da estratégia passa por três objetivos:

- *Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas;*
- *Implementar medidas de adaptação;*
- *Promover a integração da adaptação em políticas setoriais.*

Analisando o PUC, e como descrito no Quadro Anexo 13, a ENAAAC deverá ter mais reflexos no *implementar medidas de adaptação*, nomeadamente com a proposta de arborização das ruas, a preservação e salvaguarda das linhas de água, a salvaguarda da vegetação autóctone e a promoção continuidade dos ecossistemas. Assim, a maior convergência é através do O5, O6 e O7, pela “arborização (...)”, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano” (O5), pela “criação de

uma estrutura de mobilidade suave” (O6) e pela “salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde” (O7).

IV.1.15. Estratégia Nacional para a Energia

A **Estratégia Nacional para a Energia** (ENE) 2020, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 29/2010, de 15 de abril, adapta, atualiza e revoga a ENE aprovada anteriormente pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de outubro. A ENE 2020 define uma agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira do País através da aposta nas energias renováveis e da promoção integrada da eficiência energética, assegurando a segurança de abastecimento e a sustentabilidade económica e ambiental do modelo energético preconizado, contribuindo para a redução de emissões de CO2 e gerando benefícios para a sociedade que progressivamente internalizados no preço da energia final permitirão assegurar melhores condições de competitividade para a economia.

No Quadro Anexo 14 é estabelecida a relação entre os objetivos da ENE2020 e o PUC. Dado o carácter fortemente setorial da ENE e a diferença de escalas de atuação, a convergência entre objetivos, ainda que de forma indireta, é perceptível considerando o *reduzir a dependência energética do País e os compromissos assumidos (...) de combate às alterações climáticas*, quando analisadas a convergências com o Objetivo 5, que contempla uma “amenização climática e conforto urbano”, levando a uma redução de energia no contexto urbano.

IV.1.16. Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis

A ENE 2020 cria um enquadramento adequado para a revisão e aprovação do **Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética** (PNAEE) e do **Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis** (PNAER). Este foram aprovados pela Resolução de Conselho de Ministros nº 20/2013, de 10 de abril, sendo o PNAER para o período 2013-2020 e o PNAEE para o período 2013-2016, este último, apesar de desatualizado, foi considerado por não existir nenhuma alteração/atualização para a presente data. Os dois planos mencionados foram desenvolvidos de forma integrada de modo a promover uma ação concertada para o cumprimento dos objetivos nacionais e europeus, minimizando o investimento necessário e aumentando a competitividade nacional, no âmbito do setor energético. Para este efeito foram traçadas linhas e objetivos comuns.

Dado este ser um plano sectorial com orientações muito específicas, não se antevê interações diretas entre os seus objetivos e os objetivos do PUC, tal como se constata pela observação do Quadro Anexo 15. No entanto, as medidas relativas ao *aumentar a eficiência energética da economia, em particular no setor Estado, contribuindo para a redução da despesa pública e o uso eficiente dos recursos* converge fortemente com o O5

do Plano, pela “amenização climática e conforto urbano” (O5), levando a uma redução de energia no contexto urbano.

IV.1.17. Estratégia Nacional para o Ar

A **Estratégia Nacional para o AR** (ENAR) 2020, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 46/2016, de 26 de agosto, visa a melhoria da “*qualidade do ar para a proteção da saúde humana, da qualidade de vida dos cidadãos e da preservação dos ecossistemas*” (Resolução do Conselho de Ministros nº 46/2016, de 26 de agosto).

Esta estratégia tem como visão “*melhorar a qualidade do ar, para a proteção da saúde humana, qualidade de vida dos cidadãos e preservação dos ecossistemas*” (Resolução do Conselho de Ministros nº 46/2016, de 26 de agosto). Para atingir essa visão foram definidos 4 objetivos prioritários a observar até 2020.

A partir do Quadro Anexo 16, verifica-se que as relações entre o PUC e a ENAR2020 não são imediatas, no entanto salienta-se a convergência ao nível das *iniciativas setoriais para as Emissões atmosféricas*, que encontra convergência, maioritariamente, com o objetivo O6, que contempla a criação de uma “estrutura de mobilidade suave” e consequentemente a redução das emissões atmosféricas.

IV.1.18. Lei da Água

A **Lei da Água** (LA), aprovada pela Lei nº 58/2005, de 29 de setembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei nº 130/2012, de 22 de junho, é uma transposição da Diretiva-Quadro da Água (DQA) (Diretiva nº 2000/60/CE), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro. A Lei da Água estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, revela-se o principal instrumento de enquadramento para a proteção das águas interiores, superficiais e subterrâneas, das águas de transição e das águas costeiras.

Quando analisados os objetivos estipulados pela Lei da Água com os objetivos do PUC verifica-se significativa convergência, havendo uma convergência forte com 4 dos 7 objetivos da LA, conforme se pode constatar pela análise do Quadro Anexo 17. Salienta-se que a convergência mencionada é essencialmente face ao objetivo O7, que promove “salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde”.

IV.1.19. Plano Nacional da Água

O **Plano Nacional da Água** (PNA), enquadrado pelo artigo 28º da Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro, alterado pelo DL nº 130/2012, de 22 de junho, denominada de Lei da Água (LA), é aprovado pelo Decreto-Lei nº 76/2016, de 9 de novembro. O PNA estabelece uma estratégia nacional para a gestão integrada da água, definindo objetivos, princípios e regras de orientação relativos à política nacional da água, a aplicar pelos

planos de gestão de regiões hidrográficas (PGRH) e por outros instrumentos de planeamento e gestão das águas, destacando-se os PGRH por serem o instrumento que abrange a componente estratégica do PNA, através de medidas e ações.

O PNA pretende contribuir para o cumprimento dos objetivos dos acordos internacionais pertinentes, incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição do ambiente marinho. Este Plano abrange as águas subterrâneas e as superficiais, naturais ou as fortemente modificadas e artificiais, visa também a proteção das águas marinhas.

No Quadro Anexo 18 apresenta-se o cruzamento dos objetivos do PUC com o PNA sendo evidenciadas convergências fortes com os objetivos *proteger e restaurar os ecossistemas naturais* e com o *promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados* do PNA, através do O7 do PUC que promove a “salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde”.

IV.1.20. Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água

O **Programa para o Uso Eficiente da Água** (PNUEA) 2020 tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento socioeconómico do país. Em 2012, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou o Programa de Implementação 2012-2020 do PNUEA.

Na análise da inter-relação existente entre os objetivos do PNUEA e o PUC, constatamos que existem poucas convergências. Porém, como podemos constatar através do Quadro Anexo 19, salientamos a convergência com o *contribuir para a consolidação de uma nova cultura da água em Portugal que valorize de forma crescente este recurso, atribuindo-lhe a importância devida no desenvolvimento humano e económico e contribuindo para a preservação do meio natural, numa ótica de desenvolvimento sustentável*, traduzida pela compatibilidade com o O7 do PUC, que pretende salvaguardar os ecossistemas, incluindo os recursos hídricos.

IV.1.21. Plano Estratégico para o setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

O **PENSAAR 2020 – Uma nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais** (PENSAAR 2020) é procedente das anteriores estratégias para o setor, designadamente o PEAASAR I (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2000-2006) e o PEAASAR II (2007-2013). O PENSAAR 2020, aprovado pelo Despacho nº 4385/2015, 30 de abril, assume a seguinte visão “*Um setor ao serviço da população e da economia do País que*

presta serviços de qualidade e sustentáveis em termos ambientais, económico-financeiros e sociais". O Plano define cinco objetivos estratégicos (Eixos), que são sustentados pelos respetivos objetivos operacionais, que concorrem para atingir as metas definidas no Plano em questão.

O PENSAAR 2020 é um ponto-chave na identificação de forma consistente dos problemas que afetam o setor e na definição, e conseqüente clarificação, da estratégia para o sector da água em Portugal, com base em objetivos de sustentabilidade em todas as suas vertentes.

Pela análise realizada e apresentada no Quadro Anexo 20, observa-se que o PENSAAR 2020 tem convergências significativas relativamente à *otimização e gestão eficiente dos recursos*, com o objetivo O7, que promove a "salvaguarda e continuidade dos ecossistemas", incluindo os recursos hídricos.

IV.1.22. Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos

O **Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos** (PERSU) 2020, é procedente das anteriores estratégias para o setor, destaca-se o anterior PERSU II, com o período de vigência 2007-2016. O PERSU 2020, aprovado pela Portaria 187-A/2014, de 17 de setembro, estabelece a visão, os objetivos, as metas globais e as metas específicas por Sistemas de Gestão e, por fim, as medidas a implementar no quadro dos resíduos urbanos para o período 2014 a 2020.

A análise do Quadro Anexo 21 permite concluir que o PERSU 2020, devido à sua especificidade não encontra reflexos nos objetivos do PU, porém não significa que o território não concorra atualmente e futuramente para os objetivos delineados pelo PERSU.

IV.1.23. Estratégia Nacional de Educação Ambiental

A **Estratégia Nacional de Educação Ambiental** (ENEA) 2020, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 100/2017, prevê ações que contribuem "*para uma cidadania ativa no domínio do desenvolvimento sustentável e para a construção de uma sociedade justa, inclusiva e de baixo carbono, racional e eficiente na utilização dos seus recursos, que conjugue a equidade entre gerações, a qualidade de vida dos cidadãos e o desenvolvimento económico*". A ENEA estabelece princípios orientadores assentes na Educação em matéria de Ambiente, tendo em conta a experiência internacional e nacional, contribuindo para a capacitação da sociedade face aos desafios ambientais e, ainda, educar para a sustentabilidade e para uma cidadania interveniente.

Assim, a ENEA 2020 define eixos temáticos assentes em três pilares essenciais:

- 1) *Descarbonizar a sociedade;*

- 2) *Tornar a economia circular;*
- 3) *Valorizar o território.*

O Quadro Anexo 22 transcreve a relação entre o Plano em análise e o ENEA, que devido à sua especificidade ser do domínio da Educação, não encontra reflexos significativos nos objetivos do PUC, porém não significa que o território não concorra atualmente e futuramente para os objetivos delineados pelo ENEA.

IV.1.24. Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro

O **Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro** (PROT-Centro) é um documento estratégico que estabelece as linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão dos territórios da Região Centro.

A sua elaboração é da competência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C), tendo sido determinada a sua elaboração em 2006, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 31/2006, de 23 de março.

O PROT-Centro desenvolvido e divulgado consiste, ainda, numa proposta de plano, estando sujeito à aprovação do Governo Português. Ainda que não esteja aprovado, o PROT-Centro constitui um quadro de referência para o ordenamento regional que importa considerar, porém tendo em consideração a sua não aprovação.

Importa referir que o PROT-Centro enquadra e considera os planos de nível municipal, os de carácter supramunicipal, os das áreas sujeitas a planeamento especial, bem como as grandes intervenções e os investimentos estruturantes a realizar no espaço regional e os estudos estratégicos de desenvolvimento promovidos por algumas associações e comunidades intermunicipais.

Este Plano abrange um total de 78 municípios, tendo em conta seis unidades territoriais de planeamento:

- Centro Litoral;
- Dão-Lafões;
- Planalto Beirão;
- Beira Interior (onde integra a área afeta pelo PU do Cabroeiro);
- Pinhal Interior
- Serra da Estrela.

A cidade da Guarda assume-se neste plano como um Centro urbano regional, sendo também uma polaridade regional. Os territórios de Castelo Branco, Fundão, Covilhã e Guarda são articulados por sistema urbano complementar que é transversal à unidade

territorial da Beira Interior, formando assim uma unidade coesa e articulada a nível territorial.

Embora não tenha sido publicado, este plano é uma referência para o território do Centro, tendo sido analisado no Quadro Anexo 23, onde observamos que se verifica mais convergência ao nível do *reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu*, através do O1 e O4 do PUC que definem o “estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG” (O1), conectando a área ao centro da cidade e aos territórios envolventes, e pelo “aumento da área do Parque Industrial” (O4), que contribuí para a economia regional.

IV.1.25. Centro 2020

O **Programa Operacional da Região Centro**, designado de **CENTRO 2020**, consiste num instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento da região do Centro, gerido pela CCDRC. O programa integra vários instrumentos para a concretização da visão da estratégia de desenvolvimento regional prevista no CENTRO 2020, nomeadamente o Acordo de Parceria Portugal 2020, e os cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento que Portugal 2020 tem por base, e outros instrumentos de que o Centro é beneficiário, como a Estratégia de Especialização Inteligente definida para a Região Centro (RIS3),

A estratégia de desenvolvimento regional é partilhada e construída através de forte mobilização de todos os parceiros regionais. Assim, o CENTRO 2020 define as seguintes prioridades para a região Centro, até 2020: *“sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, promover um tecido económico responsável, industrializado e exportador, captar e reter talento qualificado e inovador, reforçar a coesão territorial, estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional”*.

O CENTRO 2020 apresenta 9 eixos prioritários, 9 objetivos temáticos e 27 prioridades de investimento projetados para a região Centro. Pelo Quadro Anexo 24 observamos que se verifica mais convergência ao nível do (OT6) *Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos*, nomeadamente através do O5, O6 e O7, pela “arborização (...), essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano”, pela “criação de uma estrutura de mobilidade suave” e pela “salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde”, respetivamente.

IV.1.26. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior

Os **Planos Regionais de Ordenamento Florestal** (PROF) são instrumentos sectoriais que incidem sobre os espaços florestais e visam enquadrar e estabelecer

normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, promovendo e garantindo a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços. O Plano tem uma abordagem multifuncional, isto é, integra as funções de produção, proteção, conservação (habitats, fauna, flora e geomonumentos), silvo-pastorícia, caça, pesca em águas interiores, recreio e valorização da paisagem.

Abrangendo todo o território de Portugal Continental, foram aprovados 7 programas em Diário da República nº 29/2019, Série I de 2019-02-11, sendo o **Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior** (PROF CI) o que abrange o município da Guarda, e consequentemente a área do PUC, aprovado pela Portaria nº 55/2019, de 11 de fevereiro e retificado pela Declaração de Retificação nº 17/2019, de 12 de abril, revogando o anterior PROF da Beira Interior Norte e da Beira Interior Sul.

O PROF CI concretiza, no seu âmbito e natureza, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e compatibiliza-se com os demais programas setoriais e especiais, assegurando a contribuição do setor florestal para a elaboração e alteração dos restantes instrumentos de gestão territorial. A área em estudo insere-se na sub-região homogénea (SRH) Raia Norte, para as quais estão inerentes um conjunto de ações agrupadas em Eixos transversais. Também integra uma área definida pelo programa como Corredor Ecológico, não sendo este inerente às linhas de água presentes na área do PU, mas sim à linha de água a este do Plano, o rio Diz. Não sendo considerado para a presente análise, uma vez que a largura do corredor ecológico é desproporcional à escala do local.

Conforme se pode observar no Quadro Anexo 25, a convergência entre os objetivos do PROF e os objetivos do PUC são escassos, o mesmo que se verifica nos instrumentos a nível nacional que incidem sobre a floresta, sendo uma consequência pelo território em estudo apresentar uma reduzida área florestal. Porém, verifica-se convergência ao nível da *Especialização do território* (Eixo II), através do O7, que promove a “salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas”, levando a uma especialização do território de cariz natural.

IV.1.27. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro

Os **Planos de Gestão de Região Hidrográfica** (PGRH) são instrumentos de gestão sectoriais que pretendem constituir a base de suporte à gestão, à proteção e à valorização ambiental, social e económica das águas. Estes planos surgem no âmbito da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho), que transpõe a Diretiva Quadro da Água (DQA). Abrangendo todo o território de Portugal Continental, foram aprovados 8 planos pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, e retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro, constituindo o 2º ciclo de planeamento dos PGRH, abrangendo o período temporal até 2021.

Os PGRH visam, em particular, identificar os problemas mais relevantes das bacias hidrográficas, prevenindo a ocorrência de futuras situações potencialmente problemáticas, bem como definir as linhas estratégicas da gestão dos recursos hídricos através da implementação de um programa de medidas que garanta a prossecução dos objetivos ambientais estabelecidos na Lei da água. O PGRH apresenta um conjunto de objetivos estratégicos, que tem por base os princípios definidos pelas estratégias, planos ou programas nacionais que incidam sobre o planeamento e a gestão dos recursos hídricos e nas linhas orientadoras da política da água, e apresenta também, um conjunto de objetivos operacionais, que pretendem responder aos problemas identificados. Para a sua concretização são definidas medidas de base e suplementares.

O município da Guarda é abrangido por três Regiões hidrográficas, sendo que a área do PUC está totalmente integrada no **Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro** (PGRH3). A região hidrográfica do Douro engloba um conjunto significativo de rios com expressão regional, como é o caso do Douro, do Paiva, do Sabor, do Tua ou do Tâmega. Relativamente ao território em estudo, destaca-se os afluentes de pequena dimensão que são afluentes do rio Diz, sendo este afluente do rio Noéme, que desagua no rio Côa, um dos afluentes do rio Douro.

No Quadro Anexo 26 apresenta-se o cruzamento dos objetivos do PUC com o PGRH3, sendo evidenciada poucas convergências com os objetivos, talvez pelo território integrar linhas de água de pouca expressão, no entanto verifica-se convergência com o *atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água* (OE2) através do O7 do PUC, que promove a "salvaguarda e continuidade dos ecossistemas", traduzindo-se, também, numa salvaguarda dos recursos hídricos.

IV.1.28. Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Beiras e Serra da Estrela

A **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Beiras e Serra da Estrela** (EIDT-BSE) surgiu no âmbito da estratégia Portugal 2020, sendo publicada em fevereiro de 2015 pela Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), aproveitando a oportunidade de financiamento dos quadros comunitários e a possibilidade de estruturar o território para uma visão projetada para 2020.

Assim, a visão definida pela EIDT-BSE é:

"Dentro de 10 anos, a região das Beiras e Serra da Estrela quer ser a líder de crescimento do interior do País, sendo reconhecida como uma região atrativa para novas atividades económicas, uma origem de marcas diferenciadas, um destino turístico de qualidade, e como tal, uma referência nacional na valorização de recursos endógenos."

E as mensagens-chaves da visão para o território das Beiras e Serra da Estrela são:

- "Processo acelerado de convergência económica e demográfica, mais favorável que a média do País;

- Valorização dos recursos endógenos;
- Património natural e histórico, das marcas e dos produtos provenientes do território;
- Aposta nas qualificações”.

No Quadro Anexo 27 são evidenciadas as relações existentes entre os objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos estratégicos da EIDT-BSE, havendo correspondências com o *afirmar o posicionamento estratégico da Região* (Eixo II) e o *consolidar uma Região Sustentável* (Eixo IV), através do “aumento da área do Parque Industrial” (O4) e da “salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas” (O7), respetivamente.

IV.1.29. Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela

O **Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela** (PIAAC-CIMBSE), publicado em junho de 2019, é um estudo multisectorial de nível intermunicipal que pretende contribuir para a adaptação do território às alterações climáticas. Assim, o PIAAC-BSE *compreende a determinação de um conjunto de ações que visam a adaptação ou mitigação dos efeitos destas alterações. Estas ações refletem a preocupação da região ao nível do desenvolvimento sustentável e relacionam-se com os setores da educação e sensibilização ambiental, da sensibilização para a população em geral, da monitorização, avaliação e vigilância, das infraestruturas verdes, da gestão sustentável da floresta, do ordenamento e gestão dos recursos fluviais e também das espécies florestais e agrícolas, controlo de pragas e doenças agroflorestais, entre outros*”.

Como constata-se pelo Quadro Anexo 28, a maior convergência é com o objetivo *reduzir vulnerabilidades e aumentar a capacidade de resposta: constitui o fulcro deste plano e corresponde ao trabalho de identificação, definição de prioridades e aplicação das principais medidas de adaptação* pela convergência com o O5, O6 e O7, através da “arborização (...), essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano” (O5), da “criação de uma estrutura de mobilidade suave” (O6) e da “salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde” (O7).

IV.1.30. Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Beiras e Serra da Estrela

O **Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Beiras e Serra da Estrela** (PAMUS - BSE) foi elaborado pela Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela no âmbito do Portugal 2020. Este plano de ação define um conjunto de objetivos tendo em conta as orientações europeias e nacionais constantes nos instrumentos relacionados com a mobilidade urbana sustentável.

Este plano traduz-se num conjunto de propostas de intervenção, tendo em consideração as aspirações de cada um dos concelhos no que respeita à sua estratégia de planeamento e gestão do sistema de mobilidade e transportes.

No Quadro Anexo 29 apresenta-se uma matriz de relação entre os objetivos definidas pelo respetivo PAMUS e o PU do Cabroeiro, na qual se verifica que as principais relações se estabelecem ao nível do *desenvolver uma estratégia articulada de qualificação do espaço rodoviário em contexto urbano e encaminhamento dos fluxos de tráfego para as vias adequadas*, através dos objetivos O5 e O6, por estes proporem “vias estruturantes e de ligação viária” (O5) e pela “criação de uma estrutura de mobilidade suave” (O6).

IV.1.31. Estratégia Cidades Sustentáveis

A **Estratégia Cidades Sustentáveis 2020** (CS2020), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 61/2015, de 16 de julho, surge no âmbito do Portugal 2020 e pretende definir opções estratégicas concretas que visem o desenvolvimento sustentável das cidades, define orientações para a sua efetiva aplicação, bem como para a sua associação com as opções estratégicas propostas à disponibilidade de financiamento europeu (Portugal 2020).

O contexto urbano português não é diferente dos demais contextos urbanos à escala europeia. O forte investimento efetuado em infraestruturas, o alargamento das redes urbanas, o aumento da pressão ambiental e os problemas sociais que se encontram nestes territórios motivam a necessidade de desenvolver uma estratégia que tenha por objetivo mitigar e promover a sustentabilidade urbana nos diferentes domínios, nomeadamente ambientais, da mobilidade, do ordenamento do território e sociais.

São definidos para a estratégia do presente programa 10 desafios estruturantes para um objetivo a médio e longo prazo, nomeadamente:

- *Competitividade e crescimento;*
- *Inclusão e coesão social;*
- *Transformações Demográficas;*
- *Governança Estratégica;*
- *Disciplina de uso do solo;*
- *Viabilidade financeira;*
- *Regeneração urbana;*
- *Sustentabilidade e resiliência;*
- *Integração rural-urbano;*
- *Integração no espaço internacional.*

Pelo Quadro Anexo 30, que compara os objetivos do PUC com a estratégia definida pela CS2020, observamos uma significativa convergência entre os objetivos, destacando-se a verificada ao nível da *Sustentabilidade e Eficiência* (Eixo 2), através essencialmente do objetivo O5, pela proposta de arborização dos arruamentos que se traduzirá numa “amenização climática e conforto urbano” e numa maior resiliência face às alterações climáticas.

IV.1.32. Plano Diretor Municipal da Guarda

O PDM de Guarda, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/94, de 20 de julho, e alterado pela Declaração n.º 275/2002, de 4 de setembro, e pela Declaração n.º 351/2002, de 19 de novembro, não transcreve os objetivos delineados para a elaboração do mesmo. No entanto, foi analisado o PDM e determinou-se um conjunto de objetivos a que o Plano responde, sendo estes cruzados com os objetivos definidos pelo Regime jurídico dos planos municipais de ordenamento do território (Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março), vigente à altura da sua elaboração, sendo esta compilação a determinada para o presente estudo.

O PU em análise encontra-se relativamente previsto nas propostas do PDM como se pode inferir da análise do Quadro Anexo 31, onde se verifica maior convergência com o *apoiar carências habitacionais, enquadrando as orientações e soluções adequadas, estabelecendo áreas de colmatação e expansão urbana, nomeadamente expansão do centro da cidade*, através do O2 e O3, que propõe uma “zona de expansão urbana” e a “consolidação e estruturação de áreas urbanas”, respetivamente.

IV.1.33. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Guarda

O **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano** (PEDU) da Guarda é um instrumento estratégico de desenvolvimento urbano para a Guarda, que tem como objetivo definir prioridades de investimento em três setores integrados:

- Reabilitação urbana, através do **Plano de Ação de Regeneração Urbana** (PARU);
- Mobilidade sustentável, através do **Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável** (PAMUS), que no caso da Guarda é remetido para o PAMUS-SBE;
- Apoio às comunidades desfavorecidas, através do **Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas** (PAICD).

Para o território da Guarda, o PEDU estabelece 2 linhas de ação provenientes do PAMUS-SBE, 3 objetivos estratégico consequentes do PARU e 6 objetivos estratégicos definidos pelo PAICD. Parte dos objetivos são traduzidos num conjunto de ações, tendo sido estas atualizadas em 2019.

Através da análise do Quadro Anexo 32, onde se relaciona o Plano de Urbanização do Cabroeiro com o PEDU, comprova-se a convergência do PU com todos os planos que integram o PEDU. Destaca-se a convergência com o PAMUS através do O6 que propõe a “criação de uma estrutura de mobilidade suave”, nomeadamente a Pedovia já prevista, e a convergência com o PARU através do O3 e O5, pela “consolidação e estruturação de áreas urbanas” e pela “valorização paisagística da urbe” (O5), respetivamente.

IV.1.34. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Guarda

O **Plano Municipal Defesa da Floresta contra Incêndios** (PMDFCI) da Guarda, elaborado de acordo despacho nº 4345/2012, visa operacionalizar ao nível municipal as normas, eixos e objetivos contidos na legislação de Defesa da Floresta contra Incêndios. Este encontra-se em desatualização deste 14 de julho de 2019, no entanto considerou-se pertinente a sua análise.

O PMDFCI da Guarda define estratégias, objetivos operacionais e ações necessárias à proteção da floresta contra a ocorrência de incêndios, abrangendo as florestas que integram o município da Guarda. O Plano divide-se em 5 eixos estratégicos, definidos pelo PNDFCI, sobre os quais são estipulados os respetivos objetivos estratégicos e operacionais, que serão concretizados por meio de ações definidas pelo PMDFCI.

Da análise Quadro Anexo 33 verifica-se que os objetivos do PUC encontram poucos pontos de convergência com as orientações do PMDCI da Guarda, tal como acontece com os outros instrumentos do mesmo âmbito, uma consequência do território apresentar uma reduzida área florestal. Porém, apresenta convergência ao nível do *recuperar e reabilitar os ecossistemas*, sendo um eixo convergente com os objetivos O7 pela “salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas”.

IV.1.35. Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil da Guarda

O **Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil** (PMEPC) da Guarda é um instrumento que define e sistematiza um conjunto de normas, regras e procedimentos destinados a fazer face à ocorrência de situações de acidente grave ou catástrofe que se venham a verificar no território municipal da Guarda. Assim, o PMEPC é um instrumento de carácter preventivo e operacional.

O PMEPC da Guarda em vigor foi aprovado em setembro de 2019, conseqüente da imposição legal da Lei nº 27/2006, de 03 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei nº 80/2015, de 03 de agosto, estando em vigor até setembro de 2022.

Devido a tratar-se de um plano setorial, o PUC e o PMEPC da Guarda não apresentam convergências diretas, como podemos observar pela análise do Quadro Anexo 34. Este

facto deve-se à da especificidade do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Guarda, e não com a incompatibilidade dos planos.

IV.1.36. Plano Rodoviário Municipal da Guarda

O **Plano Rodoviário Municipal da Guarda** (PRM2020-2040) elaborada em outubro de 2018 e iniciando o seu período temporal 2020, tendo como meta temporal o ano de 2040, período no qual pretende desenvolver os projetos ao nível das infraestruturas várias aí previstas. Este plano visa contribuir para uma maior organização do território e trazer uma maior conexão viária à cidade da Guarda.

Importa referir que na área de intervenção são propostas três vias, na qual o PUC considerou a Variante do F's (ligação entre a VICEG e a rotunda do F's) e as suas respetivas ligações à malha urbana, adaptando o seu traçado a um traçado mais adaptado à morfologia do terreno, e considerou, também, a via denominada de V1, não avançando com a proposta da via V2, por não ser compatível com O7, que promove a "salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas (...)".

Assim sendo, não são relacionados os objetivos do PRM 2020-2040 com os do Plano em análise, uma vez que as suas concordâncias já foram analisadas no presente ponto.

IV.1.37. Síntese

De uma forma geral, pode concluir-se que todos os objetivos estabelecidos do PU do Cabroeiro têm correspondência, diretas ou indiretas, nos objetivos estabelecidos nos documentos de planeamento estratégico, nacional, regional, sub-regional e municipal, considerados e referenciados como quadro de referência estratégico (QRE). Porém, tal correspondência nem sempre é direta e clara, devido, essencialmente, às diferenças de escala, setores e de especificidade atuação dos referidos planos.

Como podemos concluir pelos quadros em anexo, o Objetivo 7 (O7) do PUC é o que apresenta maior número de correspondências, 61 correspondências fortes com objetivos dos planos analisados. Este pretende a "promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana", valorizando assim o território e as suas valências ecológicas, nomeadamente através de corredores verdes que tenderão a integrar grandes faixas que conectam ecossistemas, como por exemplo as linhas de água presentes na área em estudo. Entendeu-se, também, que o objetivo contemplará outras questões ambientais e ecológicas como: Melhoria da qualidade do ar, Desenvolvimento sustentável, Mobilidade sustentável, Exploração e uso dos recursos naturais de forma eficiente e sustentável, Adaptação às alterações climáticas, Resiliência dos ecossistemas, Valorização da natureza, entre outros.

Os restantes objetivos também representam significativas convergências com os planos analisados, designadamente os objetivos O5 e O6 apresentam 25 convergências fortes e o O4 apresenta 11 convergências fortes. Os objetivos O1, O2 e O3, perfazem um menor número de convergências fortes, porém não deixam de ter convergências com alguns dos instrumentos analisados, nomeadamente os mais direccionados para a estrutura urbana e os que incidem sobre uma escala mais aproximada do Plano de Urbanização do Cabroeiro.

Destaca-se ainda as não convergências fortes ou médias com o PERSU 2020 e o ENEA 2020, devido à especificidade dos instrumentos, não significando que o território do PUC não concorra atualmente e/ou futuramente para os objetivos delineados pelos instrumentos em questão.

IV.2. FATORES AMBIENTAIS

Os fatores ambientais definem o âmbito ambiental relevante, tendo sido orientados pela definição dos fatores legalmente estabelecidos. Os fatores ambientais a analisar, e que contribuem para os FCD, devem ser ajustados a cada caso específico, função da focagem estratégica, da escala de avaliação e, conseqüentemente, da sua relevância. Os fatores a considerar são os constantes na Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, nomeadamente a biodiversidade, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, população, saúde humana, bens materiais, património cultural e paisagem.

No quadro seguinte apresentam-se as relações entre os fatores ambientais e os objetivos do Plano em análise, ficando evidente que o fator *População* é o que assume maior relevância no Plano de Urbanização do Cabroeiro, sendo salvaguardado por todos os objetivos do Plano. Seguidamente, os *Bens materiais* (O2, O3, O4), os *Fatores climáticos*, a *Atmosfera* e a *Saúde humana* (O5, O6, O7) são salvaguardados e valorizados de forma direta ou indireta por 3 objetivos.

A destacar que nenhum dos eixos trata diretamente os fatores climáticos, porém entende-se que se responde a este fator ambiental através da “*amenização climática e conforto urbanos*” (O5), da “*criação de uma estrutura de mobilidade suave*” (O6) e da “*salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas*” (O7).

Podemos ainda concluir com esta análise que o Objetivo 7 é o que responde de forma mais direta aos fatores ambientais elencados, objetivo esse que foi determinado a partir das estruturas definidas para o Modelo Territorial do PU do Cabroeiro.

Quadro IV.1 – Identificação dos fatores ambientais relevantes em função dos Objetivos do PUC.

FATORES AMBIENTAIS DL nº 232/2007	FATORES RELEVANTES PARA O PUC						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
Biodiversidade							
Fauna							
Flora							
Solo							
Água							
Atmosfera							
População							
Saúde humana							
Bens materiais							
Património cultural							
Paisagem							
Fatores climáticos							

IV.3. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO - CRITÉRIOS

Da abordagem integrada dos objetivos do PUC, que na presente análise serão as Questões Estratégicas (QE), e as suas interações com os vários instrumentos nacionais e regionais de referência (QRE), os fatores ambientais legalmente estabelecidos (FA) e, atendendo ainda às dinâmicas que se conhecem na área de intervenção, identificaram-se os Fatores Críticos para a Decisão¹ (FCD) apresentados nos pontos seguintes. O esquema da figura seguinte ilustra a abordagem utilizada na definição dos FCD.

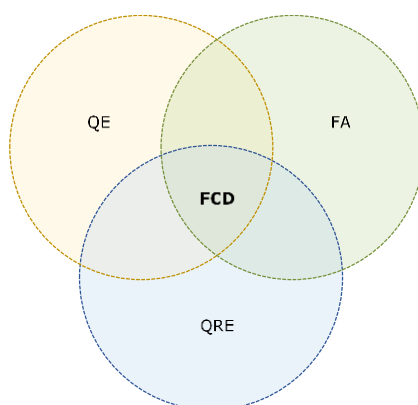


Figura IV.1 – Fatores Críticos para a Decisão – análise integrada (Adaptado de Partidário, 2007)

Ecosistemas naturais e rurais – Neste FCD pretende-se aferir de que forma o Plano contribui para a salvaguarda e valorização dos ecossistemas naturais e rurais, nomeadamente os vales presentes na área do Plano que revelam elevado interesse ecológico e paisagístico. Em específico, pretende-se avaliar a contribuição do Plano na dos ecossistemas ripícolas, promovendo vegetação adequada, a preservação da vegetação autóctone presente, nomeadamente as matas de carvalhos e castanheiros, e ainda, a preservação do carácter rural, nomeadamente as estruturas vernáculas como os muros de pedra, as casas de pedra e os sistemas agrícolas que subsistem. Consideram-se os critérios **valores naturais** e **valores paisagísticos**.

Urbanismo – Neste FCD pretende-se aferir de que forma o plano contribui para um adequado sistema urbano, englobando a colmatação e coesão da malha urbana, a criação de espaços público, nomeadamente espaços verdes, e a melhoria do espaço público, bem como do seu conforto bioclimático, através da arborização das ruas, contribuindo assim para a qualidade urbana. Pretende-se, também, que o sistema urbano do Plano contribua para um desenvolvimento sustentável do território, assim sendo, são avaliados aspectos como a promoção da mobilidade suave e por meios de transportes públicos. Consideram-se os critérios **qualidade urbana** e **sustentabilidade urbana**.

¹ Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a Avaliação Ambiental se deve debruçar para melhor satisfazer os objetivos ambientais e um futuro mais sustentável. Resultam de uma análise integrada do Quadro de Referência Estratégico (QRE), das Questões Estratégicas (QE) e do objeto de avaliação e dos Fatores Ambientais (FA).

Socioeconomia – Neste FCD pretende-se aferir de que forma o plano contribui para o aumento da população, algo que é expectável pela sua proximidade à cidade, assim avalia-se a criação de ligações de proximidade com o centro da cidade e o Parque Industrial. Pretende-se, ainda, avaliar a contribuição do Plano na promoção de instalação de empresas, e consequente criação de emprego. Consideram-se os critérios **população e economia**.

Ambiente – Com este FCD pretende-se aferir de que forma o PU contribui para a melhoria da qualidade ambiental e para um território mais resiliente e sustentável. Assim, avalia-se as contribuições do Plano na qualidade das massas de água e do ar, uma vez que na área do Plano insere-se o Parque Industrial e uma extensa área agrícola contígua às linhas de água, avalia-se ainda a eficácia das infraestruturas básicas, como estratégia de prevenção de desperdícios de água ou de poluição desta. E também, de que forma o Plano contribui para a execução de medidas e ações que contribuam para a adaptação do território às alterações climáticas. Consideram-se os critérios **qualidade ambiental e alterações climáticas**.

No Quadro IV.2 são analisados os FCD a utilizar na avaliação ambiental estratégica, com identificação dos respetivos critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir e indicadores propostos.

Os indicadores selecionados pretendem dar uma medida da progressão em direção ao objetivo estabelecido, relativamente ao aspeto crítico em análise. A sua seleção foi condicionada pela dificuldade na obtenção de informação que permita o seu cálculo. Na definição de indicadores tentou optar-se por aqueles que são facilmente mensuráveis e representativos de modo a que permitam verificar o cumprimento, ou não, dos objetivos de sustentabilidade definidos. No desenvolvimento da Avaliação Ambiental o quadro de indicadores poderá ser complementado e ajustado de modo a constituir uma ferramenta sólida de monitorização.

Quadro IV.2 - Fatores críticos, critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores

FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES (Origem dos dados)
ECOSSISTEMAS NATURAIS E RURAIS	Valores naturais	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de galeria ripícola associada às linhas de água. 	<ul style="list-style-type: none"> Extensão da galeria ripícola face à extensão das linhas de água (CMG); Nº de ações de recuperação e reabilitação dos ecossistemas ripícolas (CMG/ICNF).
		<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização das matas de vegetação autóctone. 	<ul style="list-style-type: none"> Peso dos espaços florestais de vegetação autóctone, nomeadamente compostos por Carvalhos e Castanheiros, face à área florestal total (%) (CMG/ICNF); Nº de ações de recuperação e reabilitação dos ecossistemas florestais (CMG/ICNF).
	Valores paisagísticos	<ul style="list-style-type: none"> Preservação do carácter rural associado aos vales. 	<ul style="list-style-type: none"> Peso de prédios rústicos em abandono, ou que não sejam compatíveis paisagisticamente com o território rural envolvente, face à área total de espaços agrícolas (CMG); Nº de ações de valorização, reabilitação ou restauro de estruturas de cariz rural, como muros de pedra e casas rurais (CMG); Percentagem do território em solo rústico coberto pela Estrutura Ecológica (CMG).
URBANISMO	Qualidade urbana	<ul style="list-style-type: none"> Colmatação e coesão da malha urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de descontinuidades da malha urbana (arruamentos sem continuidade/ estrangulamentos/ inexistência de ligações com a malha urbana adjacente) (CMG); Grau de execução das infraestruturas viárias propostas que conectam e colmatam a malha urbana (CMG); Peso da área de expansão urbana prevista face à área urbana existente (CMG).
		<ul style="list-style-type: none"> Criação de espaços verdes urbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> Capitação de espaços verdes urbanos (m²/habitante) (INE/CMG); Nº e área de espaços verdes urbanos propostos (CMG).
		<ul style="list-style-type: none"> Promoção da arborização do espaço público, nomeadamente das ruas. 	<ul style="list-style-type: none"> Peso das ruas arborizadas face às não arborizadas (%) (CMG).
	Sustentabilidade urbana	<ul style="list-style-type: none"> Dotação do espaço público de uma rede de mobilidade suave. 	<ul style="list-style-type: none"> Capitação da rede de mobilidade suave (m/habitante) (CMG); População servida pela rede de mobilidade suave (a menos de 500 metros) (%) (CMG).
<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso dos transportes públicos pela população. 		<ul style="list-style-type: none"> População servida por transportes públicos (a menos de 500 metros dos pontos de paragens) (%) (CMG/TUG); Frequência diária dos transportes públicos (paragens/dia) (CMG/TUG); Nº de pessoas que usufruem da mobilidade através dos transportes públicos (entradas e saídas na área do PUC) (%) (CMG/TUG). 	

SOCIOECONOMIA	População	<ul style="list-style-type: none"> Promover o aumento da população, respondendo às necessidades de ocupação das áreas de expansão urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução da população residente (%) (INE);
	Economia	<ul style="list-style-type: none"> Promover a instalação de empresas no Parque Industrial, e consequente criação de emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de edifícios licenciados para empresas e estabelecimentos de atividades económicas no Parque Industrial (CMG); N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego (IEFP).
AMBIENTE	Qualidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão adequada da qualidade das massas de água. 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de agricultores afetos aos prédios rústicos portadores do cartão de aplicador de produtos fitofarmacêuticos (DRAP-C/CMG).
		<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão adequada da qualidade do ar. 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução das emissões atmosféricas do setor industrial do concelho (de acordo com o inventário nacional de emissões atmosféricas) (APA); Índice da qualidade do ar (APA).
		<ul style="list-style-type: none"> Garantir a eficiência das Infraestruturas básicas. 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de vistorias e ações de requalificação das infraestruturas de Abastecimento de água (AA) (SMAS-G/CMG); Território coberto por infraestruturas de Saneamento de água residuais (SAR) (%) (SMAS-G/CMG).
	Alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Prevenção de Riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de Empresas abrangidas pelo regime de prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas e áreas integradas nas zonas de perigosidade (CMG/APA).
	Alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Integrar medidas e ações que contribuam para a Adaptação às Alterações Climáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Grau de integração no PU das medidas de adaptação às alterações climáticas definidas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-BSE) (CMG/CIM-BSE); Grau de execução das medidas a definir no PIAAC-BSE (CMG/CIM-BSE).

V. RELATÓRIO AMBIENTAL

Neste ponto apresenta-se uma proposta de estrutura para o Relatório Ambiental a desenvolver e que considerará as observações e sugestões entretanto apresentadas pelas ERAE.

Quadro V.1 – Estrutura proposta para o Relatório Ambiental

RELATÓRIO AMBIENTAL	
1.	INTRODUÇÃO
2.	OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE
3.	O PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO, GUARDA
4.	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO
5.	SITUAÇÃO ATUAL, TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO E PROPOSTAS DO PLANO
6.	AVALIAÇÃO AMBIENTAL DAS PROPOSTAS DO PLANO RECOMENDAÇÕES PARA O PLANO RECOMENDAÇÕES PARA SEGUIMENTO E GESTÃO
7.	QUADRO DE GOVERNANÇA
8.	PROGRAMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS
10.	BIBLIOGRAFIA
11.	ANEXOS

VI. BIBLIOGRAFIA

- DGOTDU (2003). *Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território*. MCOTA, DGOTDU, Lisboa.
- DGOTDU e APA (2008). *Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território*. Documentos de Orientação DGOTDU 01/2008. Lisboa
- Município da Guarda e Ambisitus, Lda. *Plano de Urbanização do Cabroeiro: Fase 1 – Trabalhos Preparatórios*. Fevereiro de 2019.
- Município da Guarda e Ambisitus, Lda. *Plano de Urbanização do Cabroeiro: Fase 2 – Proposta de Plano (Relatório)*. Março de 2020.
- Partidário, M.R. 2007. *Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas*. Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.
- Partidário, M.R. 2012. *Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Elétricas Nacionais. Lisboa.

WEBGRAFIA

- <http://apambiente.pt/>
- <http://pnpot.dgterritorio.pt/>
- <http://siaia.apambiente.pt/>
- <http://www.ccdrc.pt/>
- <http://www.dgeg.gov.pt/>
- <http://www.mun-guarda.pt/>
- <https://cimbse.pt/>
- <https://pns.dgs.pt/>
- <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAL/>
- <https://sigtur.turismodeportugal.pt/>
- <https://snirh.apambiente.pt/>
- <https://terrasdabeira.gmpress.pt/>
- <https://www.icnf.pt/>
- <https://www.ine.pt/>
- <https://www.podata.pt/>

- <https://www.portugal.gov.pt/>
- <https://www.portugal2020.pt/>
- <https://www.portugal2030.pt/>

LEGISLAÇÃO

- *Decreto-Lei nº 182/2003, de 16 de agosto*
- *Decreto-Lei nº 69/1090, de 2 de março*
- *Decreto-Lei nº 76/2016, de 9 de novembro*
- *Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro*
- *Lei nº 58/2007, de 4 de setembro*
- *Portaria 187-A/2014, de 17 de setembro*
- *Portaria nº 57/2019, de 11 de fevereiro*
- *Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 30/2015, de 7 de maio*
- *Resolução de Conselhos de Ministros nº 50-A/2018, de 2 de maio*
- *Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 100/2017*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 114/2006, de 15 de setembro*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 116/2018, de 14 de julho*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 134/2017 de 27 de setembro*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de outubro*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 190-A/2017, de 11 de dezembro*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 20/2013, de 10 de abril*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 29/2010, de 15 de abril*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 31/2006, de 23 de março*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 46/2016, de 26 de agosto*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 56/2015, de 30 de julho*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 61/2015, de 16 de julho*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio*

VII. ANEXOS

Anexo I - Quadro de Referência Estratégico.....i

Anexo I - Quadro de Referência Estratégico

Quadro de Anexo 1 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Domínio e Eixos do Portugal 2020.....	III
Quadro de Anexo 2 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Domínios e Objetivos do Portugal 2030	IV
Quadro de Anexo 3 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Desafios e Opções do PNPOT 2030.....	V
Quadro de Anexo 4 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Medidas do PVI	VII
Quadro de Anexo 5 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da NGPH	VIII
Quadro de Anexo 6 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos do PNS 2020.....	VIII
Quadro de Anexo 7 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ET27	XI
Quadro de Anexo 8 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos da ENCNB 2030.....	XIII
Quadro de Anexo 9 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ENF.....	XV
Quadro de Anexo 10 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos do PNDFCI	XVII
Quadro de Anexo 11 - Interação entre os Objetivos do PUC e as Ações e Objetivos do PAEC.....	XIX
Quadro de Anexo 12 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNAC 2030.....	XXII
Quadro de Anexo 13 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ENAAC 2020	XXII
Quadro de Anexo 14 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ENE 2020.....	XXIII
Quadro de Anexo 15 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNAEE e PNAER	XXIV
Quadro de Anexo 16 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Vetores e Objetivos da ENAR 2020	XXV
Quadro de Anexo 17 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da Lei da Água (LA-DQA)	XXV
Quadro de Anexo 18 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNA.....	XXVI
Quadro de Anexo 19 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNUEA 2020	XXVII
Quadro de Anexo 20 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos do PENSAAR 2020.....	XXVIII
Quadro de Anexo 21 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PERSU 2020	XXX
Quadro de Anexo 22 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos e Medidas da ENEA 2020	XXX
Quadro de Anexo 23 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PROT-C.....	XXXII
Quadro de Anexo 24 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do Centro 2020	XXXII
Quadro de Anexo 25 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PROF-CI.....	XXXIII
Quadro de Anexo 26 - Interação entre os Objetivos do PUC e as Áreas e Objetivos do PGRH3 (Douro)	XXXIV
Quadro de Anexo 27 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos da EIDT-BSE.....	XXXV
Quadro de Anexo 28 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PIAAC-CIMBSE.....	XXXV
Quadro de Anexo 29 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PAMUS-BSE.....	XXXVI
Quadro de Anexo 30 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Medidas da Estratégia CS2020	XXXVII
Quadro de Anexo 31 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PDM da Guarda (Determinados) ..	XXXVIII
Quadro de Anexo 32 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos e Ações do PEDU da Guarda	XXXIX
Quadro de Anexo 33 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos do PMDFCI da Guarda	XL
Quadro de Anexo 34 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PMEPC da Guarda.....	XLI

Objetivos do Plano de Urbanização do Cabroeiro, Guarda

Quadro VII.1 – Objetivos do Plano de Urbanização do Cabroeiro (Adaptação).

OBJETIVOS
• (O1) Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;
• (O2) Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão urbana em articulação com a malha urbana envolvente, instituindo um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia;
• (O3) Consolidação e estruturação de áreas urbanas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;
• (O4) Aumento da área do Parque Industrial;
• (O5) Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;
• (O6) Criação de uma estrutura de mobilidade suave , incluindo percursos partilhados;
• (O7) Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas , através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.

Legenda

O grau de convergência entre os objetivos foi classificado como “*correspondência fraca, média e forte*” e representada pela seguinte graduação de cores e simbologia própria:

- Correspondência fraca: Quando não existe consonância significativa entre os dois objetivos analisados.
- Correspondência média: Quando um objetivo se enquadra, direta ou indiretamente, no outro.
- Correspondência forte: Quando há uma clara consonância entre os dois objetivos, que se podem complementar.

Quadro de Anexo 1 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Domínio e Eixos do Portugal 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PORTUGAL 2020 (ACORDO DE PARCERIA)							
Competitividade e Internacionalização							
Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforço da competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME) incluindo a redução de custos públicos de contexto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assistência Técnica face ao Programa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inclusão Social e Emprego							
Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Iniciativa Emprego Jovem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assistência Técnica face ao Programa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capital Humano							
Formação de jovens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação superior e avançada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aprendizagem ao longo da vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade e Inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assistência Técnica face ao Programa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos							

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	01	02	03	04	05	06	07
PORTUGAL 2020 (ACORDO DE PARCERIA)							
Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a adaptação às alterações climáticas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 2 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Domínios e Objetivos do Portugal 2030

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	01	02	03	04	05	06	07
PORTUGAL 2030 (ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O PORTUGAL PÓS 2020)							
Inovação e Conhecimento							
Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualificação, Formação e Emprego							
Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional, assegurando a sustentabilidade do emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sustentabilidade demográfica							
Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica, assegurando simultaneamente a provisão e bens e serviços adequados a uma população envelhecida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Energia e alterações climáticas							
Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética e de adaptação dos territórios às alterações climáticas, nomeadamente garantindo a gestão dos riscos associados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Economia do Mar							

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PORTUGAL 2030 (ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O PORTUGAL PÓS 2020)							
Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Redes e Mercados Externos							
Assegurar a competitividade externa das cidades e regiões urbanas dos territórios atlânticos e dos territórios do interior	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Competitividade e coesão dos territórios da baixa densidade							
Reforçar a competitividade dos territórios da baixa densidade em torno de cidades médias, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o desenvolvimento rural, diversificando a base económica para promover a sua convergência e garantindo a prestação de serviços públicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Agricultura/florestas							
Promover um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio, a par de uma aposta estratégica reforçada na reforma florestal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 3 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Desafios e Opções do PNPOT 2030

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT) 2030							
Desafio (D) 1 - Gerir os recursos naturais de forma sustentável							
1.1 Valorizar o capital natural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
1.2 Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
1.3 Aumentar a resiliência sócio-ecológica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
D2 – Promover um sistema urbano policêntrico							

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT) 2030							
2.1 Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.2 Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
2.3 Promover a qualidade urbana	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
D3 – Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial							
3.1 Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.2 Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
3.3 Promover o desenvolvimento transfronteiriço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
D4 – Reforçar a conectividade interna e externa							
4.1 Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
4.2 Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.3 Dinamizar as redes digitais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
D5 – Promover a governança territorial							
5.1 Reforçar a cooperação intersectorial e multinível	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.2 Promover redes colaborativas de base territorial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.3 Aumentar a Cultura Territorial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 4 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Medidas do PVI

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROIEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR (PVI) (REVISÃO DO PNCT)							
1) Um território interior + Coeso							
Constituir sistemas capazes de promover a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, promovendo uma melhor articulação entre a oferta de serviços urbanos e rurais e propondo novos serviço em rede que valorizem visões intersectoriais e inter-escalares, tendo em vista a qualidade de vida.	■	□	□	□	■	■	■
2) Um território interior + Competitivo							
Alargar as capacidades de desenvolvimento dos territórios do interior, potenciando novas estratégias de valorização dos seus recursos, ativos e agentes, assim como a geração de maiores níveis de atratividade, afirmando e consolidando uma nova competitividade.	□	□	□	■	□	□	■
3) Um território interior + Sustentável							
Potenciar a diversidade geográfica, integrando a paisagem, os recursos endógenos, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os espaços de montanha, de fronteira e os territórios mais periféricos.	□	□	□	□	■	■	■
4) Um território interior + Conectado							
Reforçar a conectividade dos territórios do interior facilitando a sua inserção em espaços mais alargados, por forma a potenciar os relacionamentos entre as bases produtivas litoral-interior, de fronteira e com a diáspora, gerando assim, novas formas de articulação e de organização para a coesão, a competitividade e a sustentabilidade.	■	□	□	□	■	■	□
5) Um território interior + Colaborativo							
Promover a transversalidade da atuação interministerial, valorizando as lideranças locais e a aceitação institucional, difundindo plataformas de diálogo e de cocriação, de experimentação e implementação de políticas, em prol de processos inovadores de governança territorial.	□	□	□	□	□	□	□

Quadro de Anexo 5 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da NGPH

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO (NGPH)							
Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Garantir o acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tornar a reabilitação na principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 6 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos do PNS 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO NACIONAL DA SAÚDE 2020 (PNS)							
Cidadania em Saúde							
A promoção de uma cultura de cidadania que vise a promoção da literacia e da capacitação dos cidadãos, de modo que se tornem mais autónomos e responsáveis em relação à sua saúde e à saúde de quem deles depende.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A realização de ações de promoção da literacia que foquem medidas de promoção da saúde e prevenção da doença, nomeadamente nas áreas da vacinação, rastreios, utilização dos serviços e fatores de risco.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A promoção da participação ativa das organizações representativas dos interesses dos cidadãos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O desenvolvimento de competências nos profissionais de saúde que permitam desenvolver ações de cidadania em saúde.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O desenvolvimento de programas de educação para a saúde e de autogestão da doença.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O desenvolvimento de programas de utilização racional e adequada dos serviços de saúde.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO NACIONAL DA SAÚDE 2020 (PNS)							
A promoção de atividades de voluntariado na saúde.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde							
A integração dos diferentes setores em relação a medidas que promovam a redução da desigualdade e a melhoria da condição da população em geral face aos determinantes sociais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
O reforço da governação dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), hospitalares e continuados, de modo a que a tomada de decisão seja adequada, efetiva e monitorizada e que o cidadão aceda de modo mais rápido aos cuidados de que necessita.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço do desenvolvimento e implementação, em situações adequadas, dos processos assistenciais integrados para as patologias e problemas de saúde mais frequentes e com potencial de maior ganho, de modo a que o cidadão receba os cuidados atempados e adequados, independentemente da rede de cuidados onde se encontre.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O desenvolvimento de redes de referenciação de cuidados não apenas de base geográfica, mas também de hierarquia de competências técnicas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A promoção da articulação entre o planeamento nacional e local nas diferentes áreas de ação social, tanto através de estratégias normativas e reguladoras, como o SIADAP e a contratualização, como através de estratégias de persuasão e influência, por exemplo no apoio ao desenvolvimento de planos locais de saúde.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fortalecimento de estratégias de financiamento que promovam a equidade na realização do potencial de saúde.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O desenvolvimento de ações intersectoriais que reforcem a participação de todos os sectores do Governo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço do acesso equitativo ao programa nacional de vacinação, programas de rastreios e outros programas de prevenção da doença relacionados com fatores de risco, especificamente tabaco e obesidade infantil.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço do acesso das populações mais vulneráveis aos serviços de saúde e aos medicamentos.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade em Saúde							
O reforço da implementação da Estratégia Nacional da Qualidade, através de ações concertadas e complementares a nível central, regional e local.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A monitorização e publicação dos resultados da prestação de cuidados de saúde e a respetiva relação com o volume de cuidados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço do impacto da qualidade na avaliação do desempenho profissional e institucional e no financiamento das instituições prestadoras de cuidados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A implementação do Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2015-2020, através de ações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO NACIONAL DA SAÚDE 2020 (PNS)							
transversais que melhorem a cultura de segurança de forma integrada em todos os níveis de prestação de cuidados.							
A implementação e divulgação da certificação da qualidade da prestação de cuidados de saúde, de forma a aumentar a confiança dos cidadãos no Sistema de saúde.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço, nas redes de prestação de cuidados de saúde, do papel das comissões da qualidade e segurança.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço das medidas de utilização racional dos medicamentos, suportada nas NOC, que por sua vez se baseiem em análises de custo-efetividade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A garantia de qualidade na realização de rastreios de base populacional, assegurando assim a equidade e o acesso a estratégias de prevenção de qualidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Políticas Saudáveis							
A promoção da abordagem intersectorial e de Saúde em Todas as Políticas nos diferentes níveis de atuação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço de estratégias intersectoriais que promovam a saúde, através da minimização de fatores de risco (tabagismo, obesidade, ausência de atividade física, álcool).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
O reforço de implementação de estratégias e instrumentos no âmbito de políticas saudáveis com base na identificação de prioridades em saúde com revisão e atualização periódica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A utilização da metodologia de avaliação de impacto, como um elemento a considerar previamente ao desenvolvimento e implementação de políticas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço de sistemas de vigilância epidemiológica em relação aos determinantes de saúde e aos fatores de risco com maior impacto em ganhos de saúde com equidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço dos sistemas de monitorização de alertas de saúde pública, promovendo a deteção precoce e coordenação de resposta a essas emergências.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço de estratégias de comunicação e de marketing social que promovam a opção pela implementação de políticas saudáveis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A revisão das estratégias de financiamento no sentido de valorizar projetos e ações de âmbito intersectorial.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 7 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ET27

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA TURISMO 2027 (ET27)							
Valorizar o território e as comunidades							
Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural e identitário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Afirmar o turismo na economia do mar	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a regeneração urbana das cidades, regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Impulsionar a economia							
Assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longo prazo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir os custos de contexto, simplificar, dar estabilidade jurídico-fiscal e desburocratizar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atrair investimento e qualificar a oferta turística	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Estimular a economia circular no turismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Afirmar Portugal como um polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e na produção de bens e serviços para o turismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Potenciar o conhecimento							
Prestigiar as profissões do turismo e formar massa crítica adaptadas às necessidades do mercado e promover a igualdade do género e de oportunidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar a transferência de conhecimento de instituições de ensino e centros de investigação para as empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Difundir conhecimento e informação estatística	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacitar em contínuo os empresários e gestores para liderar o turismo do futuro – tecnológico, inclusivo e sustentável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA TURISMO 2027 (ET27)							
Afirmar Portugal como <i>smart destination</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gerir redes e conectividade							
Promover e reforçar rotas aéreas ao longo do ano e captar operações de <i>homeport</i> e de <i>turnaround</i> de cruzeiros	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Melhorar os sistemas de mobilidade rododiferroviária e de navegabilidade	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Promover o " <i>turismo para todos</i> ", numa ótica inclusiva, que acolha os diferentes mercados/segmentos turísticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mobilizar o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Projetar Portugal							
Reforçar a internacionalização de Portugal enquanto destino turístico para visitar, investir, viver e estudar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valorizar a comunidade lusodescendente como ativo estratégico na promoção de Portugal e na captação de investimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tornar Portugal um destino de congressos e eventos culturais e desportivos de âmbito internacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Afirmar Portugal nas organizações mundiais e na cooperação internacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 8 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos da ENCNB 2030

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE 2030 (ENCNB 2030)							
Eixo 1 – Melhorar o estado de conservação do património natural							
Consolidar o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e promover a sua gestão partilhada	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os habitats protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Programar e executar intervenções de conservação e de recuperação de espécies (fauna e flora) e habitats ao nível nacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reforçar a prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras a nível nacional e no quadro da EU	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Assegurar e promover a conservação da diversidade genética animal e vegetal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reforçar o quadro legal de regulamentação da conservação da natureza e biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar o cumprimento das normas legais de conservação da natureza e da biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar a investigação e inovação orientada para as prioridades de política conservação da natureza, incluindo para a colmatação de lacunas de conhecimento de base	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Garantir a estruturação de um sistema coerente e útil de monitorização continuada do estado de conservação dos valores naturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a visibilidade e perceção pública do valor do património natural e dos serviços de ecossistemas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar a diplomacia verde e a participação nacional na governação internacional da biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eixo 2 – Promover o reconhecimento do valor do património natural							
Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecossistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo prazo, serviços mais relevantes para o bem-estar humano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Evidenciar a economia da biodiversidade e dos ecossistemas, em particular o seu papel para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Aumentar o investimento público em conservação da natureza e biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Consolidar o contributo dos instrumentos fiscais para a conservação da natureza e utilização sustentável da biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar uma aplicação coerente dos sistemas de incentivos e subsídios com os objetivos de conservação e	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE 2030 (ENCNB 2030)							
utilização sustentável da biodiversidade							
Eixo 3 – Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade							
Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir a utilização sustentável dos recursos marinhos	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Promover e articular a integração dos objetivos da conservação da natureza e biodiversidade nos planos, programas, instrumentos e normas do espaço marítimo	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Garantir a utilização sustentável dos recursos em águas interiores e sistemas fluviais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a articulação das metas de clima e energia com os objetivos de conservação da natureza e biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Assegurar a conservação da biodiversidade e da geodiversidade nas atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do Turismo de Natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Assegurar a sustentabilidade da utilização de recursos genéticos marinhos e terrestres	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Assegurar a sustentabilidade das infraestruturas de transporte e comunicações	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a qualificação da oferta de produtos e serviços, integradores do património natural e cultural, contribuindo para a sustentabilidade da gestão dos territórios das áreas classificadas	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Promover e valorizar a integração da conservação da natureza e da biodiversidade nas estratégias, políticas e processos operacionais das empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, assegurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Atualizar o regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 9 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ENF

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS (ENF)							
A) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos							
Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reduzir a incidência dos incêndios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir o cumprimento do PNDFCI	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Aumentar o conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar o conhecimento científico sobre os agentes bióticos nocivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diminuir os riscos de ocorrência, de desenvolvimento e de dispersão de espécies invasoras lenhosas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
B) Especialização do território							
Planear a abordagem regional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir a proteção de áreas florestais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a proteção das áreas costeiras	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Conservar o regime hídrico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Adequar as espécies às características da estação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a resiliência da floresta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS (ENF)							
Desenvolver a importância da floresta enquanto componentes da Infraestrutura Verde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
C) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos							
Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a gestão florestal ativa e profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
D) Internacionalização e aumento do valor dos produtos							
Apoiar a certificação da gestão florestal sustentável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar a orientação para o mercado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar a integração horizontal e vertical das fileiras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Modernizar e capacitar as empresas florestais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolver e promover novos produtos e mercados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
E) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor							
Recolher e processar informação do setor florestal, de forma sistemática	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover o cadastro predial da propriedade florestal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a representatividade e sustentabilidade das organizações do setor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dinamizar novas formas de organização e gestão dos espaços florestais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolver a inovação e a investigação florestal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualificar os agentes do setor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fomentar a cooperação internacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
F) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política							

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS (ENF)							
Consolidar a coordenação das políticas e instrumentos de aplicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Melhorar o desempenho dos instrumentos de política florestal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Racionalizar e simplificar o quadro legislativo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conferir enquadramento fiscal favorável ao investimento e gestão florestal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 10 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos do PNDFCI

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PNDFCI)							
Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais							
Rever e integrar políticas e legislação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas estratégicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Redução da incidência dos incêndios							
Educar e sensibilizar as populações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de dissuasão e fiscalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios							
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PNDFCI)							
Reforço da capacidade de 1ª Intervenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reforço da capacidade do ataque ampliado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria de eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria das Comunicações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da capacidade logística de suporte à DFCI	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recuperar e reabilitar os ecossistemas							
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz							
Operacionalidade do Comando Nacional de Operações de Socorro (CDOS) ao nível nacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operacionalidade do Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) ao nível distrital	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operacionalidade da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) ao nível municipal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 11 - Interação entre os Objetivos do PUC e as Ações e Objetivos do PAEC

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROIEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO DE AÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR (PAEC)							
ACÇÕES MACRO							
Ação 1) Desenhar, Reparar, Reutilizar: uma responsabilidade alargada do produtor							
Aumentar a reutilização de produtos, nomeadamente os abrangidos pela responsabilidade alargada do produtor e outros de consumo massificado (por exemplo: manuais escolares).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diminuir a produção de resíduos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuir para uma conceção de produtos com múltiplas vidas úteis (menor obsolescência).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ação 2) Incentivar um mercado circular							
Analisar o potencial económico e ambiental da introdução progressiva de instrumentos que bonificam a produção e consumo sustentável.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incentivar o setor financeiro a capturar oportunidades em matéria de investimento para a economia circular.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a adoção pelo setor produtivo dos princípios da circularidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ação 3) Educar para a economia circular							
Estabelecer um compromisso colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal materializada através da Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA), considerando o pilar da Economia Circular.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educar os cidadãos para escolhas ambientalmente conscientes de bens e serviços.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sensibilizar a sociedade quanto às consequências no estado do oceano resultantes de escolhas de bens e serviços que não consideram os impactes ambientais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ação 4) Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável							
Conhecer e monitorizar a realidade nacional em matéria de desperdício alimentar na cadeia de valor.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diminuir a produção de resíduos orgânicos aumentar a produtividade da cadeia de valor, sobretudo dos setores ligados à indústria alimentar, contribuindo para a conservação dos recursos naturais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuir para a educação do produtor/consumidor.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO DE AÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR (PAEC)							
Ação 5) Nova vida aos resíduos!							
Aumentar a introdução de matérias-primas secundárias na economia.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Diminuir a produção de resíduos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir custos de contexto às empresas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a redução da extração de recursos naturais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Ação 6) Regenerar recursos: água e nutrientes							
Melhorar a eficiência hídrica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Aumentar a reutilização da água.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Melhorar a recirculação de nutrientes e da matéria orgânica pelos seus ciclos naturais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Ação 7) Investigar e inovar para uma economia circular							
Definição de áreas de investigação e inovação chave para a aceleração da economia circular em Portugal.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definir, desenvolver e potenciar competências para as áreas identificadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Identificar e potenciar redes de conhecimento em economia circular.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
AÇÕES MESO							
Ação 1) Proposta de agenda de transição para o setor da construção (mais eficiência e produtividade material)							
Aumentar a introdução de matérias-primas secundárias na economia.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Diminuir a produção de resíduos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir a procura de matérias-primas (primárias).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Diminuir a emissão de gases com efeito de estufa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reduzir o consumo de água.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO DE AÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR (PAEC)							
Ação 2) Proposta de agenda de transição para as compras públicas ecológicas (e circulares)							
Promover a eficiência no uso de materiais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a retenção de valor dos materiais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Redução de custos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Redução de impactes ambientais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Dinamizar o mercado para produtos e serviços circulares inovadores (compras públicas como <i>living lab</i> de soluções circulares).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
AÇÕES MICRO							
Ação 1) Proposta de agenda de transição para as Zonas Empresariais Responsáveis (ZER)							
Promoção de iniciativas de simbiose industrial entre as empresas industriais dos setores-chave sediados em ZER.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção da instalação de empresas em ZER.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção da reconversão de áreas de acolhimento empresarial em ZER.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuir para a elaboração de Roteiros de Economia Circular em aglomerados industriais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuir para a elaboração de Planos Regionais de Simbiose Industrial.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 12 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNAC 2030

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PROGRAMA NACIONAL PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS 2030 (PNAC 2030)							
Promover a transição para uma economia de baixo carbono, gerando mais riqueza e emprego, contribuindo para o crescimento verde.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões nacionais de GEE de forma a alcançar uma meta de -18% a -23% em 2020 e de -30% a -40% em 2030 em relação a 2005, garantindo o cumprimento dos compromissos nacionais de mitigação e colocando Portugal em linha com os objetivos europeus.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas setoriais (<i>mainstreaming</i>).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 13 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ENAAC 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS 2020 (ENAAAC 2020)							
Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas							
Atualizar, desenvolver e promover o conhecimento sobre as alterações climáticas e avaliar os seus potenciais riscos, impactes e consequências, incluindo os relacionados com eventos meteorológicos extremos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementar medidas de adaptação							
Avaliar a atual capacidade de adaptação e priorizar a implementação de opções e medidas de adaptação que moderem futuros impactes negativos e ou ajudem a aproveitar oportunidades decorrentes das alterações climáticas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS 2020 (ENAC 2020)							
Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais							
Promover a integração e monitorização da componente da adaptação às alterações climáticas (<i>mainstreaming</i>) nas políticas públicas e sectoriais de maior relevância, incluindo as políticas de ordenamento do território e desenvolvimento urbano sustentável e os seus instrumentos de planeamento e gestão territorial.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 14 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ENE 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA (ENE 2020)							
Reduzir a dependência energética do País face ao exterior para 74 % em 2020, produzindo, nesta data, a partir de recursos endógenos, o equivalente a 60 milhões de barris anuais de petróleo, com vista à progressiva independência do País face aos combustíveis fósseis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no contexto das políticas europeias de combate às alterações climáticas, permitindo que em 2020 60 % da eletricidade produzida e 31 % do consumo de energia final tenham origem em fontes renováveis e uma redução do 20 % do consumo de energia final nos termos do Pacote Energia -Clima 20 -20 -20.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reduzir em 25 % o saldo importador energético com a energia produzida a partir de fontes endógenas gerando uma redução de importações de 2000 milhões de euros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Criar riqueza e consolidar um <i>cluster</i> energético no sector das energias renováveis em Portugal, assegurando em 2020 um valor acrescentado bruto de 3800 milhões de euros e criando mais 100 000 postos de trabalho a crescer aos 35 000 já existentes no sector e que serão consolidados. Dos 135 000 postos de trabalho do sector, 45 000 serão diretos e 90 000 indiretos. O impacto no PIB passará de 0,8 % para 1,7 % até 2020.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Desenvolver um <i>cluster</i> industrial associado à promoção da eficiência energética assegurando a criação de 21 000 postos de trabalho anuais, gerando um investimento previsível de 13 000 milhões de euros até 2020 e proporcionando exportações equivalentes a 400 milhões de euros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA (ENE 2020)							
Promover o desenvolvimento sustentável criando condições para o cumprimento das metas de redução de emissões assumidas por Portugal no quadro europeu.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 15 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNAEE e PNAER

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO NACIONAL DE AÇÃO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA 2016 (PNAEE 2016) E PLANO NACIONAL DE AÇÃO PARA AS ENERGIAS RENOVÁVEIS 2020 (PNAER 2020)							
Cumprir todos os compromissos assumidos por Portugal de forma economicamente mais racional.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir significativamente as emissões de gases com efeito de estufa, num quadro de sustentabilidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar a diversificação das fontes de energia primária, contribuindo para aumentar estruturalmente a segurança de abastecimento do País.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a eficiência energética da economia, em particular no setor Estado, contribuindo para a redução da despesa pública e o uso eficiente dos recursos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuir para o aumento da competitividade da economia, através da redução dos consumos e custos associados ao funcionamento das empresas e à gestão da economia doméstica, libertando recursos para dinamizar a procura interna e novos investimentos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 16 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Vetores e Objetivos da ENAR 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O AR 2020 (ENAR 2020)							
Conhecimento e informação							
Melhoria do conhecimento e otimização da gestão da informação das emissões e qualidade do ar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Iniciativas setoriais para as Emissões atmosféricas							
Melhoria do desempenho ambiental, com particular incidência na diminuição das emissões atmosféricas (Indústria, Transportes, Agricultura e Residencial/Comercial)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Governança							
Aumento da eficácia da Administração Pública, promovendo a articulação institucional; assegurar a transversalidade das políticas de gestão e avaliação da qualidade do ar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Investigação e Desenvolvimento (I&D)							
Promoção de projetos de I&D que constituam suporte ao desenvolvimento de novas políticas de proteção da qualidade do ar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 17 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da Lei da Água (LA-DQA)

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
LEI DA ÁGUA (TRANSPONDO A DIRETIVA QUADRO DA ÁGUA - DQA)							
Evitar a continuação da degradação e proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e zonas húmidas diretamente dependentes dos ecossistemas aquáticos, no que respeita às suas necessidades de água.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover uma utilização sustentável de água, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
LEI DA ÁGUA (TRANSPONDO A DIRETIVA QUADRO DA ÁGUA - DQA)							
Obter uma proteção reforçada e um melhoramento do ambiente aquático, nomeadamente através de medidas específicas para a redução gradual e a cessação ou eliminação por fases das descargas, das emissões e perdas de substâncias prioritárias.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Assegurar a redução gradual da poluição das águas subterrâneas e evitar o agravamento da sua poluição.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mitigar os efeitos das inundações e das secas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar o cumprimento dos objetivos dos acordos internacionais pertinentes, incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição no ambiente marinho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 18 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNA

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO NACIONAL DA ÁGUA (PNA)							
Garantir bom estado/bom potencial de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas, costeiras e de transição, evitando qualquer degradação adicional.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar disponibilidade de água numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e aumentando a produtividade física e económica da água.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 19 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNUEA 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	01	02	03	04	05	06	07
PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA 2020 (PNUEA 2020)							
Objetivos gerais							
Melhorar a eficiência de utilização da água, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento do país, tendo como objetivos complementares a redução da poluição das massas de água e a redução do consumo de energia.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover o Uso Eficiente da Água em Portugal, contribuindo para a minimização dos riscos decorrentes da carência de água em situação hídrica normal, potenciada durante os períodos de seca.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuir para a consolidação de uma nova cultura da água em Portugal que valorize de forma crescente este recurso, atribuindo-lhe a importância devida no desenvolvimento humano e económico e contribuindo para a preservação do meio natural, numa ótica de desenvolvimento sustentável.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Objetivos estratégicos							
Criar uma atitude duradoura de preservação da água junto dos cidadãos e, em particular, na população infantil e juvenil, como garante do potencial transformador de comportamentos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criar uma consciência nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, quanto à importância do uso eficiente da água.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimentos e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à formação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eliminar os desperdícios de água e reduzir a níveis aceitáveis as perdas de água nos sistemas, dando prioridade para os que são potencialmente mais significativos (sistemas de natureza pública e/ou coletiva).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover iniciativas concretas com base em parcerias entre entidades públicas e/ou privadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Garantir a avaliação periódica e sistemática das ações que permitam conhecer a evolução do PNUEA.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objetivos estratégicos para o Setor Urbano							
Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objetivos estratégicos para o Setor Agrícola							
Redução das perdas de água nos sistemas de condução de água para rega e das dotações brutas de rega.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Articulação gradual das receitas associadas aos tarifários e o custo real da água, com ênfase nos volumes utilizados, sem perda de competitividade do setor.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	01	02	03	04	05	06	07
PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA 2020 (PNUEA 2020)							
Objetivos estratégicos para o Setor Industrial							
Otimização do uso da água na unidade industrial, sem prejuízo na eficiência dos processos e operações em que decorre esta utilização, tal como no âmbito da aplicação das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) no contexto do regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Limitação dos impactos no meio ambiente associados às descargas de águas residuais industriais, conseguida através de uma melhor gestão do ciclo da água, no sentido da prevenção ligada a uma maior poupança já prevista em sede da PCIP.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 20 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos do PENSAAR 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	01	02	03	04	05	06	07
PLANO ESTRATÉGICO PARA O SETOR DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS 2020 (PENSAAR 2020)							
Proteção do ambiente e melhoria da qualidade das massas de água							
Cumprimento da normativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Redução da poluição urbana nas massas de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumento da acessibilidade física ao serviço de Saneamento de Águas Residuais (SAR)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da qualidade dos serviços prestados							
Melhoria da qualidade do serviço de Abastecimento de Água (AA)	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da qualidade do serviço de SAR	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Otimização e gestão eficiente dos recursos							
Otimização da utilização da capacidade instalada e aumento da adesão ao serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO ESTRATÉGICO PARA O SETOR DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS 2020 (PENSAAR 2020)							
Redução das perdas de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Controlo de aflúências indevidas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Gestão eficiente de ativos e aumento da sua reabilitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valorização de recursos e subprodutos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Alocação e uso eficiente dos recursos hídricos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Sustentabilidade económico-financeira e social							
Recuperação sustentável dos gastos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Otimização e/ou redução dos gastos operacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Redução da água não faturada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condições básicas e transversais							
Aumento da disponibilidade de informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria do quadro operacional, de gestão e prestação de serviços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alterações climáticas, catástrofes naturais, riscos – redução, adaptação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Externalidades: emprego, competitividade, internacionalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 21 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PERSU 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS 2020 (PERSU 2020)							
Prevenção da produção e perigosidade dos RU	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Redução da deposição de RU em aterro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valorização económica e escoamento dos recicláveis e outros materiais do tratamento dos RU	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforço dos instrumentos económico-financeiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 22 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos e Medidas da ENEA 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 2020 (ENEA 2020)							
Educação Ambiental + Transversal							
Acompanhamento e Avaliação da Educação Ambiental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cooperação interministerial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incentivos à difusão de Equipamentos de Educação Ambiental e das Empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 2020 (ENEA 2020)							
Educação Ambiental + Aberta							
Envolvimento dos cidadãos no seu km ² de ação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valorização do voluntariado ambiental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Integração das matérias ambientais nos currículos académicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valorização curricular da participação em ações de EA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação da Administração Pública direta, indireta e autónoma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação do setor empresarial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção de campanhas de comunicação dirigidas aos cidadãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dinamização de programas e atividades de EA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Elaboração de Programas Municipais de EA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção do Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção do estatuto das ONGA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educação Ambiental + Participativa							
Promoção da Participação Pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção de Iniciativas de reflexão e debate	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 23 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PROT-C

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO DO CENTRO (PROT-C)							
O reforço dos factores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A protecção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
O aproveitamento do potencial turístico, dando projecção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
A mobilização do potencial agro-pecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidro-agrícolas;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 24 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do Centro 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
CENTRO 2020 – PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO (CENTRO 2020)							
(OT 1) Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(OT 2) Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(OT 3) Reforçar a competitividade das PME	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(OT 4) Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(OT 6) Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
(OT 8) Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
CENTRO 2020 – PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO (CENTRO 2020)							
(OT 9) Promover a inclusão social e combater a pobreza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(OT 10) Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(OT 11) Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 25 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PROF-CI

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR (PROF CI)							
Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Especialização do território;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Internacionalização e aumento do valor dos produtos;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 26 - Interação entre os Objetivos do PUC e as Áreas e Objetivos do PGRH3 (Douro)

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO DOURO - RH3 (PGRH3)							
1 - Governação							
Adequar a Administração Pública na gestão da água (OE1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais (OE8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Posicionar Portugal no contexto luso-espanhol (OE9)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2 - Qualidade da água							
Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água (OE2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
3 - Quantidade de água							
Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras (OE3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
4 - Investigação e conhecimento							
Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos (OE4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5 - Gestão de riscos							
Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água (OE5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
6 - Quadro económico e financeiro							
Promover a sustentabilidade económica da gestão da água (OE6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
7 - Comunicação e sensibilização							
Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água (OE7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 27 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos da EIDT-BSE

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA 2020 (EIDT-BSE)							
EIXO I – Reforçar a atractividade e conectividade do território							
Redes, Coesão Territorial, Capacitação hard - infraestruturas públicas - logística, água e saneamento, incubação de negócios como PCT e incubadoras - TIC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EIXO II - Afirmar o posicionamento estratégico da Região							
Redes soft - cooperação com SCT, acções promocionais do território, Empreendedorismo, Internacionalização, Especialização produtiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EIXO III - Promover uma Região inclusiva							
Qualificações, Educação, Terceira Economia, Igualdade de Género, Jovens e Demografia	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EIXO IV - Consolidar uma Região Sustentável							
Tecnologias verdes, utilização eficiente de recursos, Economia Verde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 28 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PIAAC-CIMBSE

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO INTERMUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA (PIAAC-CIMBSE)							
Informação e conhecimento: constitui a base de todo o exercício de adaptação às alterações climáticas e foca-se sobre a necessidade de consolidar e desenvolver uma base científica e técnica sólida;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir vulnerabilidades e aumentar a capacidade de resposta: constitui o fulcro deste plano e corresponde ao trabalho de identificação, definição de prioridades e aplicação das principais medidas de adaptação;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Participar, sensibilizar e divulgar: identificar o imperativo de levar a todos os agentes sociais o conhecimento sobre alterações climáticas e a transmitir a necessidade de ação e, sobretudo, suscitar a maior participação possível por parte desses agentes na definição e aplicação do plano;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO INTERMUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA (PIAAC-CIMBSE)							
Cooperar a nível internacional – abordar as responsabilidades em matéria de cooperação internacional na área da adaptação às alterações climáticas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 29 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PAMUS-BSE

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO DE AÇÃO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA (PAMUS-BSE)							
Promover as deslocações em modos suaves, reforçando o seu papel no sistema de deslocações urbanas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a existência de serviços de transporte público de qualidade e adequados à procura	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a intermodalidade no sistema de transporte coletivos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolver uma estratégia articulada de qualificação do espaço rodoviário em contexto urbano e encaminhamento dos fluxos de tráfego para as vias adequadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolver políticas de estacionamento diferenciadas que contribuam para uma repartição modal mais equilibrada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Organização da logística produtiva e minimização dos impactes associados ao tráfego de pesados	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aposta em medidas inovadoras de gestão da mobilidade e de informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aquisição de novas competências técnicas e instrumentais pela CIM e autarquias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 30 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Medidas da Estratégia CS2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA CIDADES SUSTENTÁVEIS 2020 (CS2020)							
EIXO 1 - inteligência e competitividade							
A - Conetividade e internacionalização	■	□	□	□	■	■	□
B - Emprego e valorização empresarial e institucional	□	□	□	■	□	□	□
C - Inovação urbana	□	■	□	□	■	■	□
D - Identidade e atratividade	□	□	□	□	□	□	■
E - Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	□	□	□	□	□	□	□
EIXO 2 - Sustentabilidade e Eficiência							
A - Regeneração e reabilitação urbana	□	□	□	□	□	□	□
B - Habitação	□	□	■	□	■	□	□
C - Ambiente urbano	□	■	■	□	■	□	□
D - Baixo carbono	□	□	□	□	□	■	□
E - Alterações climáticas e riscos	□	□	□	□	■	■	■
F - Integração urbano-rural	□	□	□	□	■	□	■
EIXO 3 - Inclusão e Capital Humano							
A - Inclusão social	■	□	□	□	■	□	□
B - Capacitação e iniciativa	□	□	□	□	□	□	□
C - Cultura, cidadania e responsabilidade	□	□	□	□	□	□	□
D - Comunidades urbanas	□	■	■	□	□	□	□
EIXO 4 - Territorialização e Governança							

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA CIDADES SUSTENTÁVEIS 2020 (CS2020)							
A - Informação e conhecimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
B - <i>Networking</i> e capacitação institucional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 31 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PDM da Guarda (Determinados)

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA GUARDA (PDMG) (DETERMINADOS)							
Preservar as qualidades urbanísticas intrínsecas e identitárias do local e valorizar a sua concordância com a malha urbana adjacente, nomeadamente do tipo morfológico, tipológico e arquitetónico;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apoiar carências habitacionais, enquadrando as orientações e soluções adequadas, estabelecendo áreas de colmatação e expansão urbana, nomeadamente expansão do centro da cidade;	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apoiar uma política de desenvolvimento económico e social, prevendo áreas de expansão para atividades económicas;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criação de uma rede de infraestruturas viárias capaz de articular todo o território;	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Salvaguarda de espaços naturais a preservar, onde se inclui a Reserva Agrícola Nacional, a Reserva Ecológica Nacional e algumas áreas integradas no Parque Natural da Serra da Estrela.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 32 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos e Ações do PEDU da Guarda

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTOS URBANO DE GUARDA (PEDU)							
PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (Remetido para o PAMUS-SBE)							
Incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da rede de interfaces, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território, tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PARU – Plano de Ação para a Regeneração Urbana da Guarda							
Promover a AI ¹ como espaço de vida, qualificando e modernizando o espaço público e os edifícios públicos e as condições de acesso a equipamentos de proximidade, que ajudem a construir uma cidade socialmente mais coesa e integrada;	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a AI como espaço de residência, estimulando a reabilitação e a revitalização urbanas de edifícios privados, em simultâneo com a qualificação e a modernização do espaço público;	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a AI como espaço económico, adaptando espaços para acolhimento de iniciativas produtivas, contribuindo para um ambiente urbano dinamizador de criatividade e de inovação social.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PAICD – Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas da Guarda							
Promover a inclusão social das pessoas em risco de pobreza e exclusão social;	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a melhoria das condições de vida das famílias ao nível das respostas sociais;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar as condições habitacionais e as respostas face às necessidades de habitação;	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criar respostas sociais e melhorar a cobertura das respostas existentes, nomeadamente para as crianças;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diminuir as situações de isolamento e de pobreza, particularmente dos estratos etários mais avançados;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuir para o esbatimento dos preconceitos associados aos moradores de habitação social.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

¹ Área de Intervenção (AI) – Engloba o centro histórico da cidade da Guarda e respectiva zona envolvente (tal como está identificado na carata de ordenamento do PDM da Guarda).

Quadro de Anexo 33 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos do PMDFCI da Guarda

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DA GUARDA (PMDFCI)							
Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais							
Rever e integrar políticas e legislação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a gestão florestal, intervindo preventivamente em áreas estratégicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Redução da incidência dos incêndios							
Sensibilizar as populações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios							
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforço da capacidade de 1ª Intervenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reforço da capacidade do ataque ampliado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria de eficácia do rescaldo e vigilância pós-rescaldo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria das comunicações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da capacidade logística de suporte à DFCI	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recuperar e reabilitar os ecossistemas							
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz							
Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro de Anexo 34 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PMEPC da Guarda

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DA GUARDA (PMEPC)							
Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>